



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO – SENSU EM DOCENCIA
PARA O MAGISTÉRIO SUPERIOR

**A DISLEXIA E INTERFERÊNCIA NA
APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA:
PROPOSTA DE EXTENSÃO À COMUNIDADE PARA
ATENDER ALUNO DISLÉXICO**

IRANICE LOPES DA COSTA

IRANICE LOPES DA COSTA

Monografia de Especialização em Docência para o
Magisterio Superior apresentado ao programa de Pós
Graduação da faculdade de Itaituba. Professora
Doutora Orientadora: Djalмира De Sá Almeida Barros.



**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA-FAI**

Av. Dr. Governador Fernando Guilhon, 4ª. Rua-Cidade Alta, Bairro Jardim das
Araras68180-110- Itaituba-Pará.

Telefone (93)3518-4320/ Fax: (93)3518-4319.

Site: WWW.unifait.edu.br/ E-mail: fai@unifait.edu.br

IRANICE LOPES DA COSTA

**A DISLEXIA E INTERFERÊNCIA NA APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA
ESCRITA: PROPOSTA DE EXTENSÃO À COMUNIDADE PARA ATENDER
ALUNO DISLÉXICO.**

Monografia de Especialização em Docência para o
Magisterio Superior apresentado ao programa de Pós
Graduação da faculdade de Itaituba. Professora
Doutora Orientadora: Djalmira De Sá Almeida Barros.

Sem a identificação precoce de seus professores, alunos com dislexia correm o risco de passar por fracassos contínuos na escola.

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de reflexões e de agradecer quem fez parte de cada linha e cada pensamento expresso neste trabalho.

Em primeiro lugar agradeço a Deus que me deu o dom da vida, que me ouviu nos momentos difíceis, me confortou e me deu forças para chegar onde eu estou.

Aos meus pais José Basto e Maria Angelita por me ensinarem tudo de melhor que poderiam, por direcionar a mim todo o amor que uma filha sempre quis e sonhou em receber e isso foi a base necessária para que eu chegasse até aqui e encarasse este desafio de cabeça erguida e com todo suporte para que nos momentos de cansaço e dúvidas, eu retomasse a garra, a vontade de lutar e vencer. Peço desculpas pelos momentos de mau humor e em que estive distante como filha.

Pai, mãe, se eu pudesse voltar à vida em outro momento, e tivesse a oportunidade de escolher meus pais, seriam vocês os escolhidos, pois tenho a certeza de que são os melhores pais do mundo. Tenho muito orgulho em ter vocês como meus pais.

Não poderia deixar de agradecer a minha tia Rosilene Nunes, que mesmo morando distante nunca deixou de me apoiar e ajudar na correção dos textos. É a todos os meus familiares que torceram pelo meu sucesso durante essa jornada, o meu muito obrigada a todos.

Obrigada aos entrevistados, por dedicar a mim minutos que tenho certeza que são preciosos em seus dia-a-dia corridos. Há meus colegas de curso que sempre acreditaram no meu sucesso.

A minha orientadora Doutora Djalmira de Sá Almeida Barros, que sempre se mostrou interessada nesse trabalho, dando as devidas sugestões, acompanhando cada etapa desse artigo.

Enfim, muito obrigada a todos que me apoiaram em mais esta jornada!

RESUMO

Esta Monografia de Especialização aborda sobre o ensino aprendizagem na vida de um educando que apresenta dificuldades (ou distúrbio) no desenvolvimento da aprendizagem que se refere-se a um atraso, desordem ou retardo do desenvolvimento em um ou mais processos da fala, leitura e escrita. Nessa abordagem será mostrada alguns conceitos que devem ser usados para inverter esse quadro, pois um educando que apresenta dificuldades no processo de ensino aprendizagem tem toda possibilidade de ultrapassar essa barreira e vencer essas dificuldades se tiver o acompanhamento adequado. Esse processo de aprendizagem deve ser adaptado ao nível de dificuldade do educando. Nesse contexto, é possível ampliar os conhecimentos dos educadores sobre os conceitos de aprendizagem de acordo com um estudo bibliográfico que segue no decorrer deste estudo, que vem ser a interferência da dislexia no desenvolvimento da aprendizagem na leitura e na escrita. Dentro das visões de alguns autores é necessário que seja feito uma investigação cuidadosa em relação às dificuldades de aprendizagem da educando, passando por todos os níveis de aprendizagem e buscando averiguar a possibilidades e obstáculos prováveis, não só as consequências vislumbradas em sala de aula: leitura, escrita, compreensão e interpretação de textos, como também à atenção e ao comportamento, pois tais dificuldades podem ser agravadas ou mesmo geradas por questões sociais mais complexas advindas da história particular de desenvolvimento de cada um. É nessa perspectiva que este trabalho se inscreve. Foram acrescentada uma proposta de extensão à comunidade para alunos disléxico.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino - Aprendizagem, Dislexia, Extensão, Lacto – Escrita.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1	CONCEITO GERAL DE APRENDIZAGEM.....	10
2.2	O ENSINO-APRENDIZAGEM NO BRASIL: A CRISE DA EDUCAÇÃO ATUAL	12
2.3	O QUE SÃO AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO	14
2.4	FUNÇÕES DE LINGUAGEM	19
2.5	DISLEXIA: PERSPECTIVA HISTÓRICA	20
2.5.1	Conceitos da dislexia	22
2.5.2	Características da dislexia.....	24
2.5.3	Sistemas disléxicos: hipóteses sobre a escrita.....	26
2.6	ORIGEM DA ESCRITA.....	29
2.7	A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA E DA LEITURA.....	30
2.8	APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA.....	36
2.9	FATORES QUE DIFICULTAM A APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA.....	38
2.10	LEITURA E ESCRITA NO CONTEXTO SOCIAL.....	39
3	METODOLOGIA	42
3.1	TIPO DE PESQUISA	
3.2	ESTUDO DE CASO DA FAMÍLIA.....	42
3.3	ESTUDO DE CASO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE	44
3.4	ESTUDO DE CASO DA ESCOLA.....	46
4	PROPOSTA DE EXTENÇÃO À COMUNIDADE PARA ATENDER ALUNOS DISLÉXICO.....	48
5	CONCLUSÃO.....	55
	REFERÊNCIA.....	53
	APÊNDICES	55

1 INTRODUÇÃO

Através desta pesquisa buscou-se encontrar soluções para a dificuldade da dislexia que interfere no aprendizado de alguns alunos, prejudicando-o tanto na escrita como na linguagem e que às vezes passa despercebido por muitos educadores. Mostrar que quando essa dificuldade pode ser controlada se a mesma for detectada cedo no educando, que hoje já existem várias maneiras de ajudar esse educando a superar essa dificuldade.

O tema foi escolhido por ter percebido enquanto profissional da Educação de Itaituba que existem muitos educandos que sofrem certa discriminação por terem dificuldades de pronunciar algumas palavras, sendo que os mesmos trocam algumas letras, por não conseguirem distinguir os sons dos fonemas das mesmas.

O objetivo geral dessa pesquisa é informar às educadores que há várias formas para ajudar esses educandos que tem essa dificuldade na linguagem, pois, o mesmo sendo diagnosticado cedo tem muita chance de ser solucionado e esses educandos terão mais facilidade para enfrentar as séries seguintes.

Como metodologia utilizou-se da pesquisa de cunho qualitativo como levantamento bibliográfico de fontes escritas de diversos autores que tratam da questão da aprendizagem e do ensino da leitura e escrita como forma de conhecer o que dizem os teóricos acerca da aprendizagem da produção escritas e das dificuldades enfrentadas pelos alunos na construção do conhecimento.

Como fonte de pesquisa utilizou-se pesquisas em livros sobre a origem da leitura e escrita, dificuldades de aprendizagem e dislexia para descobrir o porquê que essa dificuldade pode prejudicar a vida escolar de um educando fazendo com o mesmo não consiga se expressar bem na linguagem oral e escrita, e pra concretizar a pesquisa foi realizado um estudo de caso com um educando do município de Itaituba que apresenta a dificuldade da Dislexia.

O presente trabalho de pesquisa foi dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata da fundamentação teorica sobre a aprendizagem e da dislexia contextualizando ambas. O segundo capítulo apresenta as dificuldades a leitura e de escrita destacando a importância deste conhecimento na vida de cada educando que apresenta no ato de ler e escrever algumas dificuldades. Mostrou – se alguns fatores que dificultam essa aprendizagem no contexto social. E no terceiro capítulo expõe – se a metodologia de um Estudo de Caso, com

um aluno do município de Itaituba que apresenta a dificuldade da dislexia. Com base nesse Estudo de Caso propõe – se uma extensão à comunidade para envolver a família e a escola no sentido de acompanhar crianças dislédias.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITO GERAL DE APRENDIZAGEM:

A aprendizagem é considerada um dos polos do processo educativo. Segundo PAIN (1992:17-18), “tal processo compreende todos os comportamentos delicados à transmissão da cultura, inclusive os objetivados como instituições que, especialmente (escola) ou secundariamente (família), promovem a educação”. De acordo com esse autor (1992:18), é através da escola “que o sujeito exercita, assume e incorpora uma cultura particular.”

Historicamente, a educação e a cultura tiveram início alguns séculos antes de Cristo, para os ocidentais, no chamado Período Clássico ou Antiguidade, o qual durou do século VI a.C. ao século IV a.C. De acordo com GADOTTI (2004:29), “uma sociedade estratificada como a grega, sustentada por colônias, desenvolvida numa situação geográfica que facilitava o comércio entre o Oriente e o Ocidente, serviu de berço da cultura, da civilização e da educação ocidental”.

Nessa época, o filósofo grego Sócrates (469-399 a.C.), filho de um escultor e de uma parteira, desenvolvia seus ensinamentos com os jovens em praça pública, instigando-os a pensarem por si próprios. Sua célebre afirmação “conhece-te a ti mesmo” era uma espécie de provocação para que cada pessoa fosse capaz de descobrir por si própria a sua ignorância, mas também sua capacidade de superá-la, ou seja, “parir” (inspirado no ofício de sua mãe) as próprias ideias. Esse filósofo “desenvolvia o saber filosófico em praças públicas, conversando com os jovens, dando sempre demonstrações de que era preciso unir a vida concreta ao pensamento. Unir o saber ao fazer”. (COTRIM, 2002:93-94).

Esse pensador foi considerado subversivo na época e condenado à morte (envenenamento por cicuta – veneno extraído de uma planta), pelo fato de instigar os jovens a pensarem por si próprios e a questionarem o regime social vigente.

Por volta do ano 387 a.C., em Atenas, o filósofo Platão (427-347 a.C.), discípulo de Sócrates, fundou a Academia, sendo esta uma das primeiras instituições de ensino do mundo ocidental. Nessa época, a educação acontecia por meio de uma formação política, científica, filosófica, ética e estética. Em seguida, seu discípulo, Aristóteles (384-322 a.C.) fundou o Liceu, por volta de 335 a.C., o qual

também era uma escola filosófica, na qual os estudantes aprendiam por meio da lógica, da observação e da experiência. No Período Clássico, apesar do estímulo evidente à formação integral do cidadão político na polis grega, a estrutura da sociedade era baseada numa pseudodemocracia na qual apenas os homens da elite tinham acesso à educação e, conseqüentemente, à aprendizagem da leitura, da escrita, da matemática, da arte de “bem falar” (eloquência ou retórica), das atividades esportivas etc. os demais, mulheres, crianças, artesãos e escravos, não usufruíam desses ensinamentos.

Após o Período Clássico, já na Idade Média, as instituições escolares baseavam seus ensinamentos na supremacia da fé católica, em detrimento da razão, cujos principais expoentes foram Santo Agostinho (354-430), o qual desenvolveu seu pensamento a partir do platonismo, no final do século IV d.C. e início do século V d.C., e São Thomás de Aquino (1226-1274), no século XIII d.C., que elaborou sua teoria em cima dos ensinamentos de Aristóteles. Esse foi um longo período histórico, que durou aproximadamente mil anos, do século V ao século XIV, período chamado de Idade das Trevas, devido à forte repressão, à pobreza e às atrocidades vividas na época, tais como tortura, inquisição e as Cruzadas ou “guerras santas”, como ficaram conhecidas. Nesse período, a aprendizagem não evoluiu como poderia, pois a Igreja reduziu a leitura e a escrita às obras que considerava adequadas aos cristãos e, com isso, passou a privilegiar apenas o conteúdo religioso. Além disso, nesse período, enfatizava-se a aprendizagem repetitiva, por meio da memorização e da cópia.

Na chamada Idade Moderna, que vai dos meados do século XV até o fim do século XVIII, vários nomes ficaram conhecidos. Entre eles, destacamos Francis Bacon (1561-1626), com seu método experimental, e René Descartes (1596-1650), com uma visão mecanicista e racional do homem. Em seguida, podemos citar Jean Jaques Rousseau (1712-1778), que “foi uma figura de transição dentro do Iluminismo: de um lado, acentuou as exigências de liberdade presentes no movimento: de outro, abriu caminho para o romantismo, criticando os excessos racionalistas” (Cotrim, 2002, p. 172). Nessa época, opostamente à Idade Média, os grandes estudiosos propuseram que se priorizasse a aprendizagem por meio da razão, da investigação científica e da pesquisa experimental e que se abandonasse o argumento da fé. Além disso, passaram a considerar um absurdo o propósito de

se decorar para aprender, enfatizando um processo de ensino-aprendizagem baseado no condicionamento (aprendizagem mecânica – estímulo – resposta).

No período contemporâneo, século XIX, podemos destacar nomes como Hegel (1770-1831), Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895). Os dois últimos fizeram a crítica ao primeiro, invertendo sua filosofia idealista e voltando-se para a realidade e para os indivíduos em suas ações e condições reais de vida e trabalho na sociedade. Apesar de esses autores não se deterem especificamente nas questões educacionais do processo de ensino-aprendizagem, contribuíram de maneira muito significativa para o avanço do pensamento ocidental e desenvolver obras de grande valor para a história da humanidade. Nessa fase, “a alfabetização crescente da população permitiu ir diferenciando entre o que se diz nos textos, o que se escreve, o que o leitor entende o que agrega em sua interpretação, distinção sem a qual a ciência moderna não teria sido possível” (POZO, 2008:29).

Atualmente, passados quase dez anos do século XXV, perguntamo-nos: “Como estão as nossas escolas?”, ou “Como está o processo de ensino- aprendizagem na atualidade?”, “Houve grandes mudanças?”, “O que é valorizado agora que não era valorizado antes?”, enfim, “Como anda a educação?”.

2.2 O ENSINO-APRENDIZAGEM NO BRASIL: A CRISE DA EDUCAÇÃO ATUAL

Evidentemente, alguns métodos sobrevivem de uma forma ou de outra em nosso contexto educativo, por mais que não haja inquisições nem assassinatos por cicutia, a nossa educação está um tanto quanto defasada.

Grande parte das instituições escolares tornou-se decadente face ao desenvolvimento tecnológico e científico e ante os avanços histórico-social e culturais vividos pela Humanidade. As salas de aula estão cada vez mais ultrapassadas, assim como o formato curricular seguido pela maior parte delas. As crianças tornam-se insatisfeitas, os pais reclamam, alguns professores lutam para tentar manter a ordem e ensinar alguma coisa nas corridas aulas de 50 minutos... Outros apenas desistem e “fingem que aprendem”. Conclusão: os professores têm sofrido tanto quanto os alunos e as famílias para que se sustente “os velhos muros das escolas de pé”.

Segundo a Constituição Brasileira*, todos são iguais perante a lei, inclusive no que concerne à Educação para Todos**, em que a legislação assegura a todos,

independente de raça, sexo, cor, idade ou classe social, o direito (ou a obrigatoriedade) aos primeiros anos de escolas. Mas, apesar de o acesso à rede de ensino estar se universalizando, ainda persistem problemas associados à qualidade da escola. Os problemas são muitos: violência, desrespeito, dificuldades de aprendizagem, insatisfação em relação aos salários, desânimo, enfim, são inúmeras as questões que vêm interferindo na educação escolar atual.

Conforme estudiosos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, baseado na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), divulgou-se uma Síntese de Indicadores Sociais, demonstrando, entre outras coisas, que no ano de 2007 a taxa de analfabetismo das pessoas com mais de 15 anos caiu de 14,7% para 10%, no entanto, persistia um número elevado de pessoas que não sabiam ler ou escrever: 14,1 milhões de analfabetos, dos quais 9 milhões eram pretos e pardos e mais da metade residia no Nordeste. Os dados demonstram que, apesar da melhora no percentual de estudantes que cursavam nível médio na idade adequada (15 a 17 anos) passar de 26,6% para 44,5% entre 1997 e 2007, houve, por outro lado um aumento da desigualdade no acesso de brancos, pretos e pardos ao nível superior. Em 1997, 9,6% dos brancos e 2,2% dos pretos e pardos, de 25 anos ou mais de idade, tinham nível superior completo no país: em 2007, esses percentuais eram de 13,4% e 4,0%, respectivamente. As consequências das desigualdades educacionais se refletem nos rendimentos médios dos pretos e pardos, que se apresentam cerca de 50% menores que os dos brancos.

Mesmo dentro de sala de aula, os brasileiros ainda não conseguiram transpor uma barreira que mantém o Brasil distante de países desenvolvidos: o analfabetismo. Há 2,1 milhões de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos que não sabem ler e escrever – 2,1 milhões – frequentavam a escola regularmente em 2007. E uma minoria deles estava com os estudos atrasados: apenas um quarto dos estudantes do ensino fundamental tinha mais de dois anos acima da idade recomendada para a série que estudava.

A taxa de analfabetismo entre os que estudam contrasta com a frequência escolar dos jovens entre 7 e 14 anos, que alcançou 97,6%, em 2007. Um nível considerado “praticamente universalizado” pelo IBGE, “O acesso à rede de ensino está se universalizando [...]. No entanto, ainda persistem problemas associados à eficácia da escola”, diz o texto da Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2010).

Segundo Haddad (2010), “os números não são ‘neutros’, ao contrário, traduzem a exclusão social no país, que tem cor, etnia, sexo, idade, endereço e condição econômica”.

No Brasil, grande parte das pessoas de 7 a 14 anos está estudando, mas a baixa qualidade do ensino, unida à baixa qualidade de vida dessa população, fazem com que os alunos não consigam completar sua escolaridade, criando um novo tipo de excluído social e educacional, provocada não mais pela ausência de vagas, mas sim pela incapacidade de adquirir a escolaridade, mesmo frequentando os bancos escolares, transformando grande parte da população jovem e adulta incapaz de ler e escrever com autonomia. (HADDAD, 2010:28)

Segundo os dados dos testes de leitura do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em suas pesquisas mais recentes:

42% dos alunos do 3º ano de ensino médio estão nos estágios “muitos críticos” e “críticos” de desenvolvimento de habilidades e competências em Língua Portuguesa. São estudantes com dificuldades em leitura e interpretação de textos de gêneros variados. Não são leitores competentes e estão muito aquém do esperado para o final do ensino médio. Os denominados “adequados” somam apenas 5%. São os que demonstram habilidades de leitura de textos argumentativos. (ARAÚJO; LUZIO, 2010:5)

Como sabemos esses fatores não é grande novidade para ninguém. Pais, educadores, coordenadores, diretores, estudantes e qualquer pessoa que volte os olhos em direção à escola hoje são capazes de perceber que há algo errado e uma necessidade imensa de mudar, renovar e transformar a educação no Brasil. Com raras exceções, as escolas, principalmente as instituições públicas, tornaram-se locais cujo dia a dia é uma “guerra” e um “salve-se quem puder”.

Em meio a esse quadro, surge, ou melhor, ressurgiu um olhar sobre as dificuldades de aprendizagem. Este é o nosso principal foco nesta obra: compreender e tecer caminhos teóricos e práticos para lidar com essa realidade, agravada obviamente pela situação atual vigente na educação.

2.3 O QUE SÃO AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO.

Nesse ponto, é necessário definir o conceito de dificuldade de aprendizagem, também denominado por alguns estudiosos como problema de aprendizagem,

distúrbio, transtorno de aprendizagem ou ainda fracasso escolar. Mas será que todos esses termos são adequados? O que significa cada um deles? Há diferença entre essas expressões ou são sinônimas?

Essa e outras questões necessitam ser esclarecidas para que possamos dar continuidade aos nossos estudos. Para tanto, propomos a análise das colocações de autores que abordam esse tema, respondendo às dúvidas aqui levantadas de maneira clara e objetiva.

Segundo o documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008, intitulado Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva, a terminologia adotada deve ser Transtornos Funcionais Específicos (Brasil, 2008). De acordo com esse documento:

A escola historicamente se caracteriza pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. a partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar. A partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades. Essa problematização explicita os processos normativos de distinção dos alunos em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar. (Brasil, 2008:6,)

Além disso, o documento coloca que:

Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. [...] Dentre os transtorno funcionais específicos estão: dislexia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros. As definições do público alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos. (BRASIL, 2008:15)

Em consonância com essas ideias, Nunes e Silveira destacam que:

O conceito de fracasso escolar é algo mutável e está profundamente conectado com os conhecimentos demandados pela sociedade, em um período histórico específico. Uma criança que fracassa é alguém que, em determinado momento e na avaliação da escola, não consegue aprender o que a instituição espera que aprendam os alunos de sua idade, necessitando de medidas concretas para corrigir a situação. Isso demonstra que o fracasso escolar não se limita apenas ao não aprender por parte do aluno. É também o reconhecimento oficial, a legitimação desse não aprender, é o que diz a escola a esse respeito. (NUNES E SILVEIRA, 2008:176)

Segundo Rovira (citado por Nunes e Silveira, 2008:176-177), “a expressão fracasso escolar é a mais conhecida e difícil de ser substituída, embora seja um excludente, por não deixar nuances” (grifo do original). Ainda de acordo com esse autor, “fala-se em fracasso escolar de uma maneira global, como se o aluno fracassasse em sua totalidade, ou seja, como se não progredisse em nada durante os anos escolares, no que tange aos seus conhecimentos ou seu desenvolvimento pessoal e social”

Para Cordié (citado por Bossa, 2002:18):

O fracasso escolar é uma patologia recente. Só pôde surgir com a instauração da escolaridade obrigatória no fim do século XIX e tomou um lugar considerável na preocupação de nossos contemporâneos, em consequência de uma mudança radical na sociedade[...] não é somente a exigência da sociedade moderna que causa os distúrbios, como se pensa muito frequentemente, mas um sujeito que expressa seu mal-estar na linguagem de uma época em que o poder do dinheiro e o sucesso profissional são valores predominantes. (BOSSA, 2002:18)

Para Paz (citado por José; Coelho, 2008: 23):

Podemos considerar problema de aprendizagem como um sintoma, no sentido de que não aprender não configura um quadro permanente, mas ingressa numa constelação peculiar de comportamentos, [...]. Além disso, os autores que se dedicam a esse assunto usam os termos problemas e distúrbio de maneira indiscriminada. (JOSÉ; COELHO, 2008: 23)

Em relação à expressão problemas de aprendizagem, Nunes e Silveira (2008:175) propõem uma síntese, destacando sete tipos de problemas de aprendizagem mais comuns na atualidade: dislexia – déficit no reconhecimento e na compreensão de textos escritos; Dislalia – dificuldades na articulação, omissões ou troca de um ou vários fonemas; Disfasia – atraso no início da fala disortografia – dificuldades no grafismo; disgrafia – dificuldades com a estrutura escrita, sintaxe,

pontuação, posição das letras, organização dos parágrafos etc.; Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) – dificuldades em manter a atenção controlar os impulsos e inquietação motora. O conceito de dificuldade de aprendizagem, que relatamos até agora foi instituído por Samuel A. Kirk, em 6 de abril de 1963, na conferência denominada **Conference on exploration into problemas of the perceptually handicapped**. Por conseguinte, Sánchez (2004, p. 13) afirma que “o conceito de aprendizagem é propriamente norte-americano e canadense de origem”.

Uma dificuldade (ou distúrbio) de aprendizagem refere-se a um atraso, desordem ou retardo do desenvolvimento em um ou mais processos da fala, leitura, escrita, aritmética ou outro resultado escolar do sujeito causado por uma desvantagem psicológica devido a uma possível disfunção cerebral e/ou distúrbios emocional ou comportamental. Ela não é o resultado de retardo mental, privação sensorial ou de fatores culturais e educacionais.(KIRK,1962:263)

Segundo García Sánchez (citado por Nunes; Silveira, 2008:174), “a definição mais aceita entre os estudiosos do tema tem sido a de um conjunto heterogêneo de transtornos que se expressa no campo da linguagem, da leitura, da escrita e das habilidades matemáticas, que podem aparecer ao longo do ciclo vital”.

O homem sempre sentiu necessidade de compreender o seu mundo e tudo o que acontecia no transcorrer de sua vida, por isso aprender foi sempre uma necessidade e, por conseguinte conhecer. Conhecer o mundo e os fenômenos que nele ocorriam sem que dependessem de sua vontade ou ciência, como é o caso dos acontecimentos naturais, tempestades, enchentes ou secas. Ao construir esse conhecimento pela experiência e vivência entre seus pares, sendo possível desvelar muito do que se apresentava como “misterioso” ou incompreensível, o homem passa a acumular saberes que lhe proporcionam melhorar as condições de vida do grupo e ainda repassar às próximas gerações esses conhecimentos.

Assim, começaram a construir e acumular conhecimentos mais apurados acerca de seu ambiente, da natureza e de seu próprio corpo, que criariam nas novas gerações a necessidade de aprendizagem, visto que todo conhecimento gera mudanças não só no modo de vida desse homem e de seus pares, como em sua forma de perceber o mundo, e em sua conduta:

A aprendizagem é um processo que desemboca numa nova modalidade funcional do organismo. Essa nova modalidade funcional, por sua vez, se expressa como um comportamento que difere em alguma medida do que era característico da etapa anterior ao processo de aprendizagem. (STELLING,1994:5)

Assim, ao construir conhecimentos há uma mudança proporcionada por essas novas aprendizagens que gera novos comportamentos e atitudes mais conscientes, aprendidas através da exposição aos estímulos do meio externo. Todo novo conhecimento que se estrutura dentro de determinado grupo baseia-se em sua maneira de se organizar e interagir e vai sendo modificado na medida em que seus detentores aperfeiçoam sua forma de relacionar-se com esse conhecimento, de forma sistemática e obedecendo a sucessões ordenadas, inclusive no primeiro período do desenvolvimento humano.

O processo de aprendizagem se desenvolve pela incidência de certos estímulos que, de forma direta, representam uma pressão do ambiente que rodeia o organismo que aprende. Assim, a aprendizagem tem uma condição rigorosamente adaptativa porque seu resultado é sempre um conjunto de melhores regras do comportamento, ajustadas às novas exigências ambientais. (STELLING, 1994:7).

Cabe observar que desenvolvimento e aprendizagem são processos intrínsecos que dependem diretamente dos níveis de desenvolvimento e maturação do sistema nervoso, ou seja, existem condições necessárias e apropriadas para que ocorra a aprendizagem e não apenas fatores biológicos ou ambientais, mas, principalmente as condições cognitivas próprias de cada fase do desenvolvimento humano. No entanto, não se quer dizer que os fatores biológicos ou ambientais não sejam importantes ou determinantes. Cada perspectiva de abordagem da aprendizagem traz contribuições importantes para a compreensão desse processo.

Porém, qualquer que seja a dificuldade apresentada pressupõe que a criança atrase a construção de saberes essenciais e precise maior tempo em seu percurso de aprendizagem. Isso não quer dizer que a criança que requer maior tempo para construção de conceitos não aprenda de forma significativa. Sendo a linguagem o primeiro instrumento de interação e aprendizagem do sujeito e seu meio, é através dela que muitas dificuldades podem ser superadas. Qualquer que seja o instrumento ou método encontrado para ensinar uma criança com dificuldades, ele sempre se baseará numa forma de linguagem acessível a esse indivíduo na relação entre ele e o ambiente no qual está inserido.

2.4 FUNÇÕES DE LINGUAGEM:

A linguagem é um dos primeiros instrumentos de interação do ser humano com o mundo que o cerca. Ao fazer uso do símbolo verbal, a criança ganha um importante instrumento de categorização em seu aprendizado da realidade que se lhe apresenta, percebe que de forma sistemática cada objeto corresponde a um valor sonoro.

De acordo com Critcheley, citado por Pedroso e Rotta (2006:131), a linguagem é a “expressão e a recepção de ideias e sentimentos”. Ou, em outra definição mais ampliada dos autores, a linguagem é “a forma peculiar que o homem tem de comunicar com seus semelhantes por meio de símbolos gestuais, orais ou escritos”.

Aprende não só a função da linguagem, mas a importância dela em seu relacionamento com o outro e com o mundo e aprende por seu contínuo perguntar, criando estratégias que lhe permitem adentrar no mundo da comunicação verbal, satisfazendo-lhe certas necessidades. Porém, essa aprendizagem depende do bom funcionamento e desenvolvimento de nosso sistema nervoso central. Assim, toda aprendizagem depende dos estágios de desenvolvimento, inclusive o desenvolvimento da linguagem. “E, toda etapa traz conhecimentos diferenciados. É importante o registro de que cada uma delas depende da anterior, para que ocorra o desenvolvimento”. (PEDROSO; ROTT, 2006:132).

O desenvolvimento da linguagem possui uma sequência quase sempre constante porque depende da programação genética, mas também de ouvir a falar de outras pessoas, o estímulo do ambiente.

Sendo assim, é possível afirmarmos que o processo de desenvolvimento da linguagem tem início com os aspectos semântico e textual. Na sequência vêm os aspectos fonológico, passando, por último, para o lobo frontal, área que desenvolve as questões gramaticais e pragmáticas. Apesar de a linguagem possuir em seus desenvolvimento etapas bem definidas, Pedroso e Rotta (2006:136) nos alertam que podem ocorrer variações dentro do normal.

Toda aprendizagem precisa ser organizada de forma a proporcionar conhecimentos cada vez mais elaborados e com sentido, sendo necessário, portanto a criação de “pontes” entre um conhecimento e outro possibilitando que o aluno desenvolva-se de forma integral, pois conforme citado anteriormente um problema

em uma das etapas anteriores pode acarretar dificuldades em todo o processo de desenvolvimento do funcionamento verbal.

Desde a aquisição do significado até a compreensão e expressão da palavra lida-escrita, que seriam os estágios superiores do desenvolvimento da linguagem, o indivíduo estaria num processo evolutivo importante. (STELLING,1994:11)

Portanto é necessário que em cada etapa desse processo a criança possua as condições adequadas para a construção de seu conhecimento, pois, de acordo com o que nos apresenta Johnson e Myklebust(1997) apud Stelling, o aprendizado da criança segue uma sequência de fenômenos sem os quais o processo de aprendizagem se tornaria muito difícil, entre os quais *aferências (auditivas, visuais, táteis e sinestésicas), percepção, imaginação, simbolização e conceitualização*. (12, 1994).

Algumas crianças, que apresentam problemas em seu aprendizado, que podem ser auditivos (pessoas surdas ou com deficiência auditiva), visuais (pessoa cega ou com baixa visão), táteis (pessoa com alguma deficiência motora que impedem movimentos ou coordenação de membros), e pessoas com deficiência intelectual, fazem uso da linguagem e da comunicação de forma diferenciada, constroem formas diferenciadas de se relacionar com o mundo, para elas a linguagem tem função muito mais importante e integradora do que para a maioria das outras crianças. As crianças com dificuldades ou impedimentos na linguagem, a reconstroem de uma forma muito subjetiva e muitas vezes desconsiderada pela escola.

Assim, aprender é muito mais complexo do que a maioria acredita, é muito mais do que apenas expor as crianças aos estímulos que julgamos desencadear aprendizagens, pois ao aprender diversos fatores são requeridos, não só motivação e interesse, bem como, qualquer alteração no organismo, nas relações afetivas ou sociais podem interferir nesse processo, sem, contudo ser motivo para impedir que ocorra a aprendizagem.

2.5 DISLEXIA: PERSPECTIVA HISTÓRICA

No decorrer do processo de ensino e aprendizagem é comum que ocorram dificuldades na construção de conceitos necessários para que a criança se

alfabetize e desenvolva a habilidade de ler e escrever. Muitos são os fatores que acarretam problemas e dificuldades na construção do processo da lecto-escrita, dificuldades que precisam ser avaliadas sob diferentes perspectivas, dentre as quais a mais conhecida é a dislexia.

O termo “dislexia” deriva do grego “dis”, que significa dificuldade e “lexis” palavra escrita. (Clark, D. B. 1998), portanto, a palavra em seu significado evidencia dificuldades na aprendizagem da leitura ou escrita. No decorrer da história muitos casos de dificuldades relacionados ao processo de aprendizagem vêm sendo relatados e explicados sempre a luz da perspectiva da medicina.

A Inglaterra desponta como berço do estudo de casos de dislexia, tendo como nome mais significativo o do oftalmologista Hinshelwood que fez estudo do primeiro caso em 1900. Estudo que se baseou na descrição feita por Pringle Morgan, em 1896. Porém as análises e discussões de casos de dislexia se desenvolveram principalmente nos Estados Unidos da América e a Inglaterra que realizou o Simpósio sobre o tema em Londres no ano de 1962. Diversos outros países começaram a partir daí a se interessar pelo assunto desenvolvendo diversos trabalhos e estudos a cerca da dislexia.

Assim em anos subsequentes tivemos importantes pesquisas e eventos que visavam compreender e esclarecer as dificuldades surgidas na construção da capacidade de ler e escrever, conforme podemos verificar através da bibliografia disponível sobre o tema. Na Dinamarca o interesse pelo assunto surge em 1935, assim como na Holanda e Bélgica já se fazia estudos sobre o assunto. Na França temos documentos que dão conta do tema, nos anos de 1926 os de Variot e Lecomte, de 1937 os de Ombredane e mais tarde, em 1950 procederam-se os trabalhos de sistematização dos estudos que foram apresentados no simpósio de 1951 na Sobornne, continuando esse a ser um tema recorrente neste país desde então.

Muitos outros países procederam a estudos sobre o assunto, buscando compreendê-lo, realizando pesquisas, eventos e publicações. “Na Alemanha houve publicações importantes, como a de Bachmann em 1927[...]. Em Portugal, J. S. Ataíde apresentou estudo sistematizado sobre a matéria, em 1960”. (SANTOS, 1986:5)

Podemos citar ainda países da América do Sul, a exemplo a publicação de 1981 do psicólogo chileno Luis Bravo V. intitulada “Teorias sobre La dislexia y su

enfoque científico” e de Z. Rocha que realizou estudos sobre o tema, porém sem critério de diagnóstico.

2.5.1 Conceitos da dislexia

A dislexia não apresenta um conceito definido e sempre é ponto de divergência por parte de teóricos e estudiosos do assunto. Por isso, muitos termos vêm sendo usados por vezes inapropriadamente para caracterizar a dislexia, tais como “cegueira verbal congênita”, usado pela primeira vez pelo médico inglês Pringle Morgan ao verificar as dificuldades de um menino de 14 anos, apesar de sua visão normal, apresentando-a como um distúrbio de aprendizagem. (Massi, p, 27, 2007). Em 1917, Hinshelwood propôs explicar a dificuldade relacionada à dislexia em função de danos causados por *lesão cerebral* em adultos. Portanto, inicialmente toda definição nasceu de estudos relacionados à área médica, baseadas em patologias em adultos ou a lesões causadas por acidentes que afetavam alguma área do cérebro e traziam dificuldades relacionadas às habilidades de leitura e escrita.

Assim, a patologia denominada dislexia adquirida que era consequência de alguma lesão cerebral em adultos, foi usada para explicar dificuldades de aprendizagem em crianças no início do processo de alfabetização como uma desordem de caráter patológico ou uma doença que precisasse ser diagnosticada pela medicina.

Partindo dessa visão, tomou-se um problema orgânico – uma lesão cerebral – como parâmetro para classificar e definir situações que dizem respeito a aspectos sociais, econômicos e culturais, refletidos no sistema escolar. (Massi,2007:28)

É importante destacar que a dislexia adquirida é consequência de alguma desordem orgânica, uma lesão cerebral que atinge capacidades antes construídas, dentre as quais a de ler e escrever em pessoas adultas, observada e confirmada por exames e avaliações médicas. Por outro lado temos as dificuldades de aprendizagem apresentadas por crianças no início da apropriação do sistema alfabético que podem estar relacionados às metodologias de ensino, a causas

sociais ou culturais, ou mesmo a dificuldades passageiras que requerem tempo ou ação pedagógica diferenciada.

Dificuldades que seguem espontaneamente o caminho de quem está aprendendo – troca de letras, escrita espelhada, segmentação de vocábulos, omissão de sílabas, entre tantas outras – são associadas a nomenclaturas médicas repletas de conotações negativas: distúrbio de aprendizagem, dislexia específica de evolução, transtorno específico da língua escrita, dificuldade de leitura e escrita ou, simplesmente, dislexia.” (MASSI, 2007:29)

No caso dos transtornos específicos do desenvolvimento das habilidades escolares (F81), o CID-10 destaca que, para que sejam comprovados tais transtornos, o sujeito deve apresentar os seguintes aspectos:

O início do transtorno deve ocorrer invariavelmente no decorrer da infância; um comportamento ou atraso no desenvolvimento de funções que são fortemente relacionados à maturação biológica do sistema nervoso central; e por fim, um curso estável que não envolve remissões (desaparecimentos) e recaídas, que tendem a ser características de muitos transtornos mentais. (CID – 10, 1993, P. 228)

Ao aprendizado da leitura e da escrita os disléxicos apresentam dificuldades menor ou maior, às vezes insuperável pelos métodos comuns de ensino. Geralmente, mesmo nestes últimos casos podem chegar a reconhecer as letras, a leitura, porém, e a escrita de uma sílaba qualquer pode persistir impraticável.

Segundo Orton, citado por Houette; Estienne (2001), a dominância hemisférica era fundamental para a aprendizagem da leitura, pois quando a criança aprende a ler, vai registrando e armazenando a informação nos dois hemisférios. No hemisfério dominante, a informação era armazenada de maneira ordenada, enquanto no hemisfério não dominante a informação seria armazenada de forma desordenada e confusa, invertida como em um espelho. Para ler, o hemisfério dominante deve anular a informação do hemisfério não dominante; se isso não se processa, devido a uma ausência de dominância hemisférica, produziria uma série de erros na leitura: inversões, omissões, substituição de sons, leitura em espelho, entre outros.

Para Quirós e Schrager (1980), aprendizagem significa a aquisição de condutas do desenvolvimento que dependem de influências ambientais, por conseguinte, desenvolvimento é um termo amplo, que inclui evolução, maturação e aprendizagem.

Nesse ponto percebemos que os diversos conceitos relacionados ao tema se apresentam contraditórios em muitos pontos e servem para explicar diversas alterações, tanto aquelas causadas por lesões cerebrais em sujeitos adultos quanto às dificuldades apresentadas na apropriação da leitura e escrita por crianças.

2.5.2 Características da dislexia

Caracterizar a dislexia é outra dificuldade encontrada não só no campo educacional, mas principalmente pela área médica que desconhece certos aspectos inerentes ao processo de construção da escrita. Acrescente-se a isso o fato de existirem inúmeras definições para as possíveis dificuldades associadas ao conceito. Nesse sentido cabe salientar o que conceitua Stelling:

São chamados “disléticos” todos aqueles indivíduos que não conseguem ler e escrever na idade adequada, embora não exista uma causa pedagógica nem atraso intelectual, doença mental ou transtorno sensorial que justifique tais dificuldades”. (STELLING, 1994:58)

Conforme podemos verificar nas obras de estudiosos que se dedicam a estudar o assunto e nos documentos oficiais de diversas instituições de pesquisa e de profissionais da área médica, o termo dislexia apresenta variadas definições, causas e características. Dentre estas podemos citar a definição formulada pela British Psychological Society (1999) apud Farrel: “A dislexia é evidente quando a leitura e/ ou ortografia fluente e exata das palavras desenvolvem-se de modo incompleto ou com grande dificuldade”. (FARREL, 2008,25).

Em muitos outros documentos oficiais encontramos definições que incluem como características da dislexia, não só aspectos cognitivos, mas, também físicos e comportamentais, na medida em que o insucesso escolar parece acarretar problemas de não aceitação de si pela própria criança, conforme destacaremos mais adiante, “(...) Algumas dessas crianças podem apresentar dificuldades sensoriais, físicas e comportamentais que compõem suas necessidades” (DfES, 2001^a, cap. 7, seção 58). Como consequência há um isolamento desta por não conseguir acompanhar os colegas de classe ou de seu grupo comum de atividades escolares e extraescolares. As crianças com dislexia encontram dificuldades no seu processo de aprendizagem que podem estar relacionadas a causas diferentes, porém com algumas características comuns.

Lembremos que os alunos só são registrados como apresentando dificuldades de aprendizagem específicas se suas dificuldades forem “significativas e persistentes, apesar de estarem recebendo oportunidades de aprendizagem apropriadas e uma provisão educacional adicional para ajuda-los a acessar o currículo”. A orientação afirma:

Os alunos com dislexia têm uma dificuldade acentuada e persistente para aprender a ler, escrever e soletrar, apesar do progresso em outras áreas. Os alunos podem ter compreensão da leitura, escrita manual e pontuação deficientes eles também podem ter dificuldade de concentração, organização e em lembrar sequências de palavras. Podem errar a pronúncia de palavras comuns ou inverter letras e sons nas palavras. (FARREL, 2008:3)

Quando examinamos as tentativas de descrever e definir a dislexia, parece estranho encontrar perspectivas que apresentam as dificuldades de leitura, escrita e ortografia como sendo, aparentemente, apenas características condicionais de dislexia. Peer e Reid (2003) sugerem:

As crianças com dislexia normalmente, mas nem sempre, terão dificuldades para ler. As crianças com dislexia também podem ter dificuldades tanto na escrita expressiva quanto em seu estilo próprio de escrita manual. (PEER E REIDER, 2003:6)

Em sua décima revisão, a CID (Classificação internacional de doenças) traz sob o código F81.0 definição para a dislexia reconhecendo-a como um “transtorno específico de leitura”. Segundo Massi o manual de classificação e codificação de doenças caracteriza a dislexia de acordo com a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID 10 como:

[...] um comprometimento específico e significativo no desenvolvimento das habilidades da leitura, o qual não é unicamente justificado por idade mental, problemas de acuidade visual ou escolaridade inadequada. A habilidade de compreensão da leitura, a habilidade de leitura oral e o desempenho de tarefas que requerem leitura podem estar todos afetados. Dificuldades para soletrar estão frequentemente associadas a transtorno específico de leitura e muitas vezes permanecem na adolescência, mesmo depois de que algum progresso na leitura tenha sido feito [...] Crianças com transtorno específico da leitura seguidamente têm uma história de transtornos específicos do desenvolvimento da fala e da linguagem, e uma avaliação abrangendo funcionamento corrente da linguagem muitas vezes revela dificuldades contemporâneas sutis. Em adição à falha acadêmica, comparecimento escolar deficiente e problemas com ajustamento social são complicações assíduas, particularmente nos últimos anos do primário e do secundário. A condição é encontrada em todas as linguagens conhecidas, mas há

incerteza se a sua frequência é afetada ou não pela natureza da linguagem e do manuscrito. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1993:240).

Portanto a dislexia não está associada a qualquer patologia conhecida como retardo ou atraso mental, doença cerebral, transtorno afetivo ou outro, conforme esclarecem os documentos acima citados, ou seja, sua causa é desconhecida e apresenta características específicas.

2.5.3 Sistemas disléticos: hipóteses sobre a escrita

Visto ser a dislexia causada por diversos e diferentes fatores deveria ser tratada (não estamos aqui usando tratamento no sentido clínico e sim na forma de abordagem do tema), considerando as variadas causas que podem gerar situações em que a mesma se apresenta, não sendo esta uma patologia que facilmente se identifique, é mais prudente que se fale em dislexias buscando conhecê-la em sua origem a partir do que se percebe em cada caso.

Considerando que a aprendizagem da linguagem escrita é um processo complexo de construção pessoal de conhecimento a cerca da língua materna, não podemos intuir que toda e qualquer dificuldade nesse processo possa ser encarada como patologia.

Cada aluno, na construção de seu conhecimento a cerca da leitura e da escrita, trilha um percurso pessoal, enfrenta conflitos que com o tempo e a prática serão superados, reconstruindo um caminho que nada tem de mecânico e que exige habilidades que a princípio toda criança é capaz de desenvolver.

De acordo com o que já afirmaram os diversos autores até aqui apresentados, muitos dos sintomas da dislexia, são também encontrados em crianças ditas “normais” e que são superados à medida que interagem com o objeto de conhecimento – no caso a língua - e seus pares, também usuários competentes desta. Porém, em alguns casos essas e outras dificuldades podem permanecer sem que a criança sozinha possa superá-la. Ianhez e Nico e Cuba dos Santos (apud Massi 2007:89) apresentam uma lista de vários “sinais” e “sintomas” decorrentes da dislexia dentre os quais: dificuldades de cálculos mentais, dificuldade em organizar tarefas, dificuldades com noções espaços-temporais, dentre outras.

Assim, a dislexia é uma condição que acarreta dificuldades não só na aprendizagem da língua escrita, mas na organização de tarefas diárias, confusão entre direita e esquerda e outras. Podemos destacar dentre essas dificuldades aquelas que mais facilmente identificamos dentro do processo de letramento e que estão relacionadas a dificuldades de leitura, escrita e ortografia. As dificuldades na área de leitura apresentam como característica comum alguns distúrbios como:

Cada uma das dificuldades associadas, em graus variados, explicaria algo sobre os problemas de letramento. Por exemplo, se a criança apresenta dificuldades fonológicas, isto é problemas com aspectos da linguagem relacionados ao som, a relação entre isso e o texto escrito ou lido provavelmente será problemática. Então, em certo nível, podemos dizer que esses fatores associados contribuem para as dificuldades de letramento (embora a relação possa ser recíproca).

É importante salientar que o desenvolvimento dessas funções apresenta-se retardando na leitura, na escrita e na ortografia. A capacidade para realizar essas atividades é bastante prejudicada em suas formas mais primárias e ler, compreender um pequeno texto, resumi-lo ou escrever um bilhete são tarefas muito difíceis para o disléxico.

Quando um disléxico consegue aprender as letras, as dificuldades de análise e síntese são inúmeras, pois, é muito difícil junta-las em sílabas e palavras. Geralmente, os disléxicos ficam muito preocupados em decifrar os símbolos escritos e se perdem no significado das palavras. Podemos perceber isso quando a leitura é feita mais rápida, quase sempre a criança lê sílabas por sílabas rapidamente, mas com frequência a leitura é lenta, apresentando interrupção e erros de confusões de consoantes, com inversões na ordem das sílabas na palavra etc. Sem contar que também apresentam muitas dificuldades em respeitar a pontuação, falta-lhes entonação na leitura, o que a torna, muitas vezes, incompreensível. Para esses educandos também é muito difícil compreender o que leem, seja na leitura em voz alta ou silenciosa.

Alguns autores acreditam que os erros apresentados na leitura-escrita do disléxico são específicos e por assim considera-los fazem referência a um padrão patológico harmônico de erros cometidos por disléxicos. “Na verdade é um transtorno especial, que muito difere de outros transtorno de aprendizagem da leitura-escrita ou da aprendizagem de uma maneira geral”.(QUIRÓS E SHAGER, 1980:61)

Convém aqui ressaltar que alguns educando, quando iniciam a aprendizagem da leitura e da escrita, podem eventualmente escrever alguns grafismos em espelho e apresentar algumas das características descritas acima, mas com a estabilização da aprendizagem, superam, essas dificuldades. Os erros aqui descritos só terão significado maior se houver persistência. É muito importante, quando se avalia um educando com dificuldades de aprendizado da leitura e da escrita, obter informações relacionadas com as principais áreas comprometidas com a aquisição da linguagem.

2.6 ORIGEM DA ESCRITA

O homem sempre sentiu necessidade de se comunicar, por isso mesmo antes de escrever tal como o fazemos nos dias de hoje, criou formas de expressar seus sentimentos e experiências, exteriorizando o que observava, vivia e compreendia do mundo a sua volta.

Essa expressão comunicativa ficou registrada em muitos dos desenhos e escritos encontrados muitos séculos depois, nas paredes das cavernas e outros objetos que serviram de suporte para essas representações que o homem fazia de seu mundo.

Mais tarde esses registros, conhecidos como desenhos ou pinturas rupestres foram à base para muitos estudos e pesquisas feitas na tentativa de compreendermos quem foram e como viveram nossos antepassados.

Conforme o tempo passava a necessidade de registrar os fatos cotidianos se tornando cada vez mais importante, os homens foram criando maneiras de fazer esses registros. Cada povo de acordo com as características de sua sociedade e modo de vida criou diferentes formas de registro.

Podemos citar os sumérios que foram os antigos povos que habitaram a mesopotâmia, cujas terras fazem parte da região conhecida hoje como Oriente Médio, que inventaram a mais antiga escrita de que se tem notícia. Faziam anotações em blocos de barro úmido, desenhavam várias figuras usando palitos afiados.

Essa escrita ficou conhecida como pictogramas que foram se modificando com o passar do tempo e deu origem a escrita cuneiforme. Os egípcios também criaram uma escrita onde usavam sinais que representavam imagens de aves, objetos, e outros símbolos, eram os hieróglifos, que usavam para fazer inscrições nos templos, túmulos e textos religiosos.

Dentre estes, diversos outros povos criaram formas de registros que ficaram conhecidas séculos depois e possibilitaram conhecer a história e o modo de vida de muitas civilizações. No entanto, torna-se uma tarefa por demais complexa determinar o período de criação de cada escrita, pois:

A história da escrita, vista no seu conjunto, sem seguir uma linha de evolução cronológica de nenhum sistema especificamente, pode ser caracterizada como tendo três fases distintas: a pictórica, a ideográfica e a alfabética. (CACLIARI, 1995:106).

Os sistemas de escrita não seguem uma cronologia padrão e nem podemos considerar uma forma de escrita superior a outra e é um equívoco marcado pela ignorância ou desconhecimento dizer que uma língua seja primitiva. Nesse ponto podemos fazer um comparativo entre língua e escrita.

Da mesma maneira, hoje sabemos que todas as línguas são estruturas de igual complexidade. Isso significa que não há línguas simples e línguas complexas, primitivas e desenvolvidas. O que há são línguas diferentes. (POSSENTI, 1996:26).

Assim criar um sistema de escrita que represente ou possibilite expressar os fatos cotidianos ou os fenômenos desconhecidos exigiu dos primeiros grupos humanos observação apurada e criatividade na invenção de símbolos e na escolha e uso de instrumentos que permitissem esses registros. Essas formas de registro foram se constituindo com maior rigor e organização num sistema que pudesse ser conhecido e usado por mais pessoas, então se tornou necessário universalizar os símbolos criados para cada representação.

Por outro lado, esse novo conhecimento passou a ser propriedade de poucos e transformar-se em símbolo de poder, visto que quem o detinha foi em muitos períodos da história, o único com acesso ao conhecimento construído pelas civilizações. Durante muito tempo a escrita foi propriedade de determinados grupos, não sendo acessível a qualquer pessoa.

2.7 A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA E DA LEITURA

A escrita é um processo que envolve a conversão de pensamento em símbolos gráficos e sequências. Assim, conforme descreve Ciasca (2009:185), “a escrita representa não somente a última e mais complexa habilidade adquirida

durante o processo de desenvolvimento, mas também é a mais vulnerável a danos, perdas e influências genéticas adversas”.

Assim, se voltarmos um pouco na história da escrita ao longo do processo histórico-cultural do homem, observaremos que ele criou códigos para expressar os significados que ações, objetos, entre outras coisas, representavam para si em cada uma das épocas que passou na história humana. E, nesse sentido, a escrita pode ser codificada, relacionada ao desenvolvimento e sujeita a certas normas.

A aquisição da escrita segue, portanto, “uma ordem determinada, começando com a imitação, seguindo para as marcas do papel, cópia de círculos, desenho de objetos, desenho de contornos, interesses por letras, escrita e escrita elaborada propriamente dita” (Gessell, 1981, citado por Ciasca, 2009:186).

De acordo com Ciasca (2009:186), o processo evolutivo da escrita passa por três fases distintas: a fase pré-caligráfica, na qual o traçado é tremido, torto ou arqueado e as margens são desordenadas; a segunda fase é a caligrafia, na qual o aumento de rapidez e regularização da escrita – é feito o esboço de uma definição de estilo; por último vem a fase pós-caligráfica, em que ocorre a automação da escrita.

A escrita e a leitura são dois processos distintos, porém indissociáveis. Escrever pressupõe narrar, pois toda escrita precisa estar provida de um sentido social e histórico. Não podemos mais conceber uma sociedade sem escrita, ela faz parte de nossa vida de tal forma que toda a estrutura e organização humana dependem do registro escrito.

Todas as atividades do nosso dia a dia estão baseadas nos registros escritos, dos mais simples como as anotações em uma agenda, aos mais complexos como o registro de um acontecimento por um cientista ou um jurista. Contudo, a escrita não nasceu com o homem, assim como a linguagem, é um processo que precisa ser ensinado e aprendido.

A Linguagem Escrita foi inventada pelo homem, não segue um processo biologicamente determinado, utiliza códigos específicos para representar a fala. Estes códigos não são aprendidos naturalmente, necessitam de ser ensinados explicitamente, formalmente. (CARY, L. E VERGHAEGHE, A. 2001:45).

Escrever é uma atividade que se presta a vários objetivos e que requer planejamento, pois sendo uma atividade de caráter social, possibilita interação entre os sujeitos e o mundo da escrita.

Diante disso a escrita se torna uma grande preocupação para os pais e para os professores, pois quando um professor pega uma produção textual como uma carta, um bilhete ou um recado, a primeira observação que ele faz são os erros ortográficos. Sabe-se que quando a criança escreve como fala, essa produção de escrita é fonética. Sabe-se também que muitos alunos escrevem as palavras desta forma.

Mediante tal situação, o professor precisa observar como os seus alunos se expressam oralmente ao se relacionar com os colegas, para depois relaciona-los com a sua expressão escrita.

E é a partir de então que o professor começa trabalhar o dialeto dos seus alunos, para descobrir o registro fonético das palavras e tentar de alguma forma ajuda a desenvolver a forma correta da pronuncia nesse determinado aluno. Não podemos esquecer que uma das maneiras de ajudar um aluno com esse tipo de dificuldade e mostrando pra ele que a escrita serve como treino ortográfico, fazendo cópias o aluno vai descobrindo sua produção caligráfica.

O aluno de hoje está exposto a uma multiplicidade de material escrito, mas é preciso ler além do que está escrito. Cabe à escola contribuir para que o aluno seja capaz de transitar por todos esses caminhos com responsabilidade sabendo distinguir as diversas formas de escrita podendo assim conhece-la melhor.

Segundo as descobertas de Ferreiro (2004:25) essa construção do conhecimento tem fases com degraus intermediários entre elas: Para que a criança chegue ao patamar desejado, é importante que o educador saiba organizar, sistematizar, adequar a métodos que sejam suporte e orientação no processo de elaboração do conhecimento como:

- no nível pré-silábico, a criança constrói dois critérios: que é preciso uma quantidade mínima de letras (três) para que se possa ler e escrever e elas precisam ser diferentes;
- No silábico, ela costuma usar uma letra para cada sílaba (PFOA para professora, por exemplo);

- No alfabético, se estabelece a relação direta entre as letras e os sons (mas ainda são comuns os erros de ortografia, como em MEZA);
- E só no ortográfico o aluno começa a dominar as regras do sistema alfabético para produzir textos corretamente.

Isso acontece em todas as crianças e vão evoluindo gradativamente em sua aprendizagem, através da escrita na qual a criança vai associar os sons as letras.

Diante dessa aplicação de métodos evolutivos a criança terá uma aprendizagem significativa. É preciso organizar o trabalho educativo para que os alunos experimentem, vivenciem a prática de produção de textos. O documento PCN's/LP assinala que:

É necessário, portanto, ensinar o aluno a lidar tanto com a escrita da linguagem – os aspectos notacionais relacionados ao sistema alfabético e às restrições ortográficas – como com a linguagem escrita - os aspectos discursivos relacionados à linguagem que se usa para escrever. Para tanto é preciso que, tão logo o aluno chegue à escola, seja solicitado a produzir seus próprios textos, mesmo que não saiba grafá-los, a escrever como lhe for possível, mesmo que não o faça convencionalmente”. (BRASIL, 1997:68).

É por isso que a leitura e a escrita são conhecimentos complementares no desenvolvimento da competência textual do aluno e em hipótese alguma deve ser trabalhada separadamente. O ato de escrever é um processo de construção e reconstrução de sentido em relação ao que se vê, ao que se ouve, sente e pensa e o aluno em si é capaz de produzir textos, seja, eles grandes ou pequenos tendo essa base sobre a importância da escrita em sua vida cotidiana e social em que vive.

Ler é um processo que requer de quem o faz certa dinâmica ou habilidade que possibilite ao mesmo compreender os diferentes sentidos de um texto. Requer a construção de diversos conhecimentos necessários para que o leitor possa não apenas decodificar, mas atribuir sentido ao texto.

As habilidades necessárias à formação de um leitor competente estão sob a responsabilidade da escola que hoje é quem tem a tarefa de instrumentalizar o aluno dos conhecimentos necessários para sua inserção no mundo da escrita e, por conseguinte da leitura.

No entanto, não podemos considerá-la uma atividade puramente escolar, especialmente nos dias atuais em que a participação no mundo tecnológico exige

dos usuários dos diversos meios de comunicação social intensa prática de leitura e escrita.

Através da leitura é possível estabelecer maior interação do sujeito com o mundo que o cerca na medida em que este tem maiores oportunidades de acesso ao conhecimento construído pela humanidade e de maior participação nos acontecimentos do mundo.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 53) leitura é:

[...] É um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor e de tudo o que sabe sobre a língua. Não se trata apenas de extrair informações da escrita, decodificando-a, letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser constituído antes da leitura propriamente dita. Qualquer leitor que conseguir analisar sua própria leitura constatará que a decodificação é apenas um dos procedimentos que utiliza quando lê. (BRASIL, 1997:67)

A maior parte dos conhecimentos humanos é obtida por intermédio da leitura, por isso é preciso ler muito, continuamente e com regularidade, pois ler constantemente significa aprender a conhecer, interpretar, decifrar e distinguir os elementos fundamentais dos secundários.

Sendo assim trabalhando a leitura em sala de aula vai ajudar o leitor a desenvolver bons padrões das palavras, a boa articulação, o timbre de voz e a entonação adequada, a pontuação, entre outras, fazendo com que o mesmo tenha um bom entendimento no que leu.

Além disso, é claro que se deve trabalhar habilidades como a de ouvir e se fazer ouvir, pois, é lendo que adquirimos novos conhecimentos, desafiamos nossa imaginação e descobrimos o prazer de pensar e sonhar.

É lendo que adquirimos novos conhecimentos, desafiamos nossa imaginação e descobrimos o prazer de pensar e sonhar. O aluno com dificuldade em leitura perde a oportunidade de entender a riqueza de aprender e compreender o funcionamento e as características da vida.

Ler, segundo a concepção bakhtiniana, é assumir a posição de sujeito do discurso, em uma situação concreta de interação, atualizando e/ou reconstruindo o ato de escrita. Brandão (2005:273), ao estudar a concepção dialógica, conceitua leitura como a “atividade de co-enunciação, o diálogo que o autor trava com o leitor

possível, cujos movimentos ele antecipa no processo de geração do texto [...] atividade de atribuição de sentido promovido pelo leitor no ato da leitura”.

Diante disso entendemos que é por meio da leitura que se tem acesso à cidadania, a melhores posições no mercado de trabalho, um entendimento mais profundo da vida em sociedade, à construção de uma personalidade mais crítica e, portanto, mais livre para que se busque a felicidade pretendida por todos.

Sendo assim o grande desafio do educador das séries iniciais é compreender o processo e procurar agir de forma dinâmica e diversificar ao realizar atividades que desenvolvam as habilidades da linguagem verbal como: a leitura, a escrita, a fala e a escuta, pois, a leitura é a habilidade linguística mais difícil e complexa, enquanto a leitura já é um processo de aquisição da escrita e, como tal, compreende duas operações fundamentais: a decodificação e a compreensão.

Nessas condições o aluno primeiramente decodifica os símbolos escritos. É uma leitura superficial que, apesar de incompleta, é essencial fazê-la mais de uma vez num mesmo texto. É o momento em que o aluno deve anotar as palavras desconhecidas para achar um sinônimo, passo importante para passar para a próxima etapa de leitura, a compreensão do que foi lido.

Na decodificação, há a ligação entre o reconhecimento do material linguístico, com o significado que ele fornece. No entanto, ‘muitas vezes a decodificação não ultrapassa um nível primário de simples identificação visual’, pois se relaciona a uma decodificação fonológica, mas não atinge o nível do significado pretendido. (MENEGASSI,1995:87)

Segundo Angela Kleiman (19993 apud MENEGASSI; 2002:82), “as práticas da leitura como decodificação não modificam em nada a visão de mundo do leitor, pois se trata apenas de automatismos de identificação e pareamento das palavras do texto com as palavras idênticas em uma pergunta ou comentário”.

Após passar pela etapa da decodificação o aluno deve captar o sentido do texto lido. Deve saber do que se trata, qual a tipologia usada, compreender o que o autor pretendeu passar e ser capaz de resumir em duas ou três frases a essência do texto. Nas questões referentes à essa etapa, as respostas podem ser encontradas literalmente no próprio texto, ou escritas de outra forma, porém estão explícitas no texto. Para Leffa (apud MENEGASSI; CALCIOLARI, 2002:85), “Ler é interagir com o texto, considerando-se o papel do leitor, o papel do texto e a interação entre o leitor

e texto”. A respeito disso, Menegassi, Calciolari (2002) complementa que “nesse caso, a compreensão só ocorre se houver afinidade entre o leitor e o texto; se houver uma intenção de ler, a fim de atingir um determinado objetivo”.

E por isso que os processos básicos que se voltam à decodificação e à compreensão de palavras, são particularmente importantes nas primeiras etapas da aprendizagem da leitura e devem ser bem assimilados até a quarta série, já que um déficit em alguns alunos impede o desenvolvimento dos processos superiores de compreensão da leitura.

2.8 APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA

Para que a aprendizagem da leitura e da escrita ocorra de forma satisfatória é necessário garantir aos alunos o desenvolvimento de alguns pré-requisitos básicos que possibilitarão ao aluno ler e escrever de forma autônoma e organizada sem maiores dificuldades.

Será necessário também ter claro, o que são distúrbios simples de aprendizagem, quais as dificuldades mais comuns durante a aprendizagem do processo de leitura e escrita e os distúrbios mais graves, para que o trabalho de apoio pedagógico ao aluno ocorra e de forma adequada proporcione superar essas dificuldades.

A aprendizagem da leitura e da escrita requer do aluno conhecimentos que o mesmo desenvolve na interação com o meio em que vive, através do contato com os diferentes meios comunicacionais de domínio público ou que seja disponibilizado por sua família, tais como revistas, cartas pessoais, bilhetes, avisos e outros escritos que circulem entre seus familiares, de modo que ao chegar à escola o aluno já teve experiência com as letras, os números e os suportes textuais.

É importante ressaltar que essa aprendizagem segue um processo que depende do nível de maturação da criança, que quando o inicia tem por volta de seis anos de idade, porém depende também de características peculiares da leitura e da escrita. No entanto algumas dificuldades podem surgir como consequência da falta de maturação, mas que com o tempo e desenvolvimento da proposta pedagógica podem ser superadas, e outras mais graves exigem tratamento cuidadoso, conforme nos apresenta Stelling:

Certas anormalidades em nível cortical podem produzir perturbações na “língua” e na “linguagem” (reconhecidas como disfasia de desenvolvimento); na linguagem lida-escrita (reconhecidas como dislexia e dificuldades no esquema corpo-espaço)”. (STELLING,1994:20)

Não há dúvidas de que as deficiências perceptuais levam a dificuldades nas capacidades primárias de aprendizagem por transtornos de conhecimento auditivo e visual (dificuldades nos mecanismos da leitura – escrita).

As dificuldades à escrita geralmente são grandes ao ditado e à relação espontânea, podendo mesmo ser extremas e constituindo, nesse caso, uma anortografia (“as palavras não são reconhecíveis e as frases, totalmente ilegíveis e incompreensíveis”). Há, entretanto, disléxicos capazes de escrever por ditado, embora não dominem a escrita espontânea. “Existem cinco síndromes clínicas que são aceitas como dificuldades primárias de aprendizagem”. (QUIRÓS&SCHRAG,1980:20).

Sendo elas disfasia de desenvolvimento, a dislexia de desenvolvimento (deficiência perceptuais), a apraxia de desenvolvimento, a disfunção vestibulo-oculomotriz e a dissociação proprioceptiva-vestibular que podem levar o educando a apresentar essas dificuldades.

A escrita é uma das formas superiores de linguagem, podendo-se afirmar que é a última a ser adquirida e na qual experiências e um sistema arbitrário de símbolos encontram-se envolvidos. A escrita envolve símbolos, um sistema de códigos que exige da criança uma especial capacidade que abrangem a capacidade para interpretar e utilizar um código visual. O uso da linguagem escrita exige integridades, relacionadas inclusive à percepção auditiva e respectivas experiências, exigindo também memória adequada e a noção de sequência dos conteúdos ensinados.

Portanto, para que ocorra a aprendizagem da leitura e da escrita, especialmente se tratando de crianças disléxicas, será necessário que se faça um diagnóstico com o objetivo de identificar as principais dificuldades encontradas por essas crianças, e isso determinará o que pode ser feito para que a mesma supere-as, sendo também válido como forma de conhecer a criança, o que sabe, o que precisará desenvolver e de que forma o professor poderá trabalhar de forma a garantir que todos aprendam de acordo com suas possibilidades, sem que isso signifique beneficiar alguns e excluir outros.

2.9 FATORES QUE DIFICULTAM A APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA

Aprender a ler e escrever exige um ensino sistemático e com sentido. Por meio da leitura é possível buscar significados, atribuir valores e desenvolver a consciência crítica, ao mesmo tempo construindo o próprio aprendizado, pois de acordo com o que nos diz os Parâmetros Curriculares Nacionais: “Ler é a resposta a um objetivo, a uma necessidade pessoal”. Portanto, a prática da leitura propicia ao leitor aprender sempre mais.

No entanto, muitos fatores influenciam na aprendizagem da leitura e da escrita. Para aprender ler e escrever é preciso interagir e ter experiência com os mais variados textos escritos, participar de atos em que a leitura e a escrita sejam essenciais.

Porém, muitas de nossas crianças apresentam dificuldades que podem ser causadas por diferentes fatores, dentre eles, um ensino que oferece poucas oportunidades de aprendizado para todos, problemas relacionados à falta de motivação de professores e escola, problemas de ordem fisiológica e que dificultam o desenvolvimento das mesmas.

Uma criança sadia, ao ingressar na escola, já sabe falar, compreende explicações, reconhece objetos e formas desenhadas e é capaz de obedecer a ordens complexas... Não há razão para que ela não aprenda também a ler”.
(CARAHER, 2007:7)

Toda criança encontra alguma dificuldade na aprendizagem da leitura e da escrita. Muitas delas superam-se durante o processo de aprendizagem, mas outras não conseguem e através de testes de inteligência é possível detectar que são crianças com dificuldades de aprendizagem. Geralmente essas crianças costumam repetir o ano escolar várias vezes.

Segundo Caraher certas dificuldades podem surgir por diversos motivos, como problemas na proposta pedagógica, capacitação do professor, problemas familiares ou déficits cognitivos, entre outros. Assim que identificados, os pais devem procurar orientações de um profissional habilitado para que medidas adequadas sejam tomadas, para facilitar a aprendizagem do aluno.

A leitura é uma destreza. A escrita é uma destreza. Um dos requisitos prévios para o desenvolvimento de uma destreza é o raciocínio inteligente quanto aos problemas e as tarefas que implicam e ao porquê deles. Para raciocinar de modo efetivo sobre as tarefas de leitura e escrita, as crianças precisam formar conceitos sobre as funções comunicativas e os traços linguísticos da fala e da escrita. A escola influi, favorável ou não no desenvolvimento desse aprendizado.

Os métodos de ensino que por ventura obscureçam ou que ocultem estes conceitos inibirão sua formação. Se as escolas empregam métodos e materiais que se ajustam ao desenvolvimento conceptual da criança, as destrezas da leitura/escrita podem desenvolver-se maneira fluida e natural".(FERREIRO,2003:192)

Diante dessa afirmação de Emília Ferreira, podemos perceber que a escola tem um papel indispensável no processo de ensino aprendizagem do aluno. E é importante que as crianças que apresentem certas dificuldade de aprendizagem sejam especialmente atendidas, utilizando métodos e materiais compatíveis com as dificuldades apresentadas. Lembrando que a família também exerce um papel fundamental, pois a mesma tem que estar atenta a criança e às suas dificuldades, colaborar com o educador, acompanhando e observando cada passo do aluno e interagindo com a escola, facilitando assim o processo de ensino – aprendizagem do aluno.

Quando mais cedo o professor de língua portuguesa identificar essa deficiência no aprendizado do aluno, mais rápido pode ser trabalhada essa deficiência podendo assim chegar a um resultado positivo, fazendo com que o aluno consiga conviver com essa deficiência da melhor forma.

2.10 LEITURA E ESCRITA NO CONTEXTO SOCIAL

É certo que a Educação do país vai mal. E isto é um nó que precisamos desatar, de uma maneira específica “alfabetizar bem” as crianças no primeiro ano escolar, principalmente as que têm dificuldades de aprendizagem.

Precisamos acabar com o alto índice de reprovação. Além disso, números do SAEB mostram que 18% dos alunos chegam à quarta série sem dominar os princípios básicos da escrita e leitura. Essas crianças com fracasso no início de escolaridade vêm de famílias que não têm acesso à leitura e à escrita e, mal atendidas pelo sistema de ensino, o que acaba deixando o aluno permanecer numa situação caótica.

É necessário um diagnóstico para conhecer o nível em que está a turma. Deve-se perceber os avanços e as dificuldades dos alunos, para planejar uma boa aula e propor atividades adequadas para leva-los ao desenvolvimento ainda maior e chegar ao final do ano lendo e escrevendo corretamente.

O saber ler e escrever se caracteriza como um elemento necessário para sua autonomia em relação à comunicação com a família e com o meio; e mais expressivamente no campo das representações sociais.

Através da leitura, exercitamos nossa inteligência e nos integramos com o mundo, adquirindo novos conhecimentos. A leitura como a escrita tem um lugar importante na vida das pessoas, elas nos dão o poder do conhecimento, a capacidade de associar ideias, planos, sintetizar assuntos, tornam-nos mais críticos e renovam a nossa criatividade.

A tarefa de escrever, por sua vez, exige uma série de atitudes conscientes e conhecimentos préadquiridos pelo escritor, envolvendo toda sua historicidade e um exercício do ato de ler.

Para aprender a escrever, é necessário ter acesso à diversidade de textos escritos, testemunhar a utilização que se faz da escrita em diferentes circunstâncias, defrontar-se com as reais questões que a escrita coloca a quem se propõe produzi-la, arriscar-se a fazer como consegue e receber ajuda de quem já sabe escrever.

A leitura reflete-se de forma significativa na escrita da criança (e do adulto), na medida em que, ao ler, memorizamos as correspondências ortografia-som sem memorizar regras, e apreendemos também as exceções das mesmas, além de ampliarmos o vocabulário e o conhecimento das estruturas de diferentes textos, o que aumenta o repertório e reflete-se em uma escrita melhor.

Sendo assim, o tratamento que se dá à escrita na escola não pode inibir os alunos ou afastá-los do que se pretende; ao contrário, é preciso aproximá-los, principalmente quando são iniciados "oficialmente" no mundo da escrita por meio da alfabetização. Afinal, esse é o início de um caminho que deverão trilhar para se transformarem em cidadãos da cultura escrita. (BRASIL,1997:66).

É muito importante para a criança viver em um ambiente familiar letrado. Do ponto de vista psicológico e cultural as crianças normalmente desenvolvem as competências fundamentais para a leitura no contato com irmãos, adultos, vizinhos, por meio de interações, conversas e brincadeiras. Neste sentido, o desenvolvimento

é natural e as competências são aprendidas de maneira informal. Mas grande parte das crianças oriundas de ambientes extremamente pobres não tem oportunidade de desenvolvê-las. Ela já valoriza o contato com jornais, revistas, livros, etc.

Os adultos que participam da vida da criança têm papel fundamental no aprendizado da leitura e escrita. Por isso é importante que sejam modelos de leitura, que leiam frequentemente para a criança e que introduzam a leitura em sua vida o mais cedo possível. Afinal, ler é um hábito a ser desenvolvido e, como todo o hábito, só se instala se for realizado muitas vezes.

Num ambiente familiar rico do ponto de vista psicológico e cultural as crianças normalmente se desenvolvem as competências fundamentais para a leitura no contato com irmãos, adultos, vizinhos, por meio de interações, conversas e brincadeiras (...)Essas competências são aprendidas de maneira informal. Mas grande parte das crianças oriundas de ambientes externamente pobres não têm oportunidade de desenvolvê-las” (ARAÚJO E OLIVEIRA, 2004:61).

E por isso que os pais devem ajudar seus filhos logo no início, fazendo um acompanhamento frequente e buscando extrair o que aprendeu na escola de modo que o ajude a aplicar novos conhecimentos na rotina do dia-a-dia. O interesse dos pais, bem como do próprio aluno, formam uma mescla de agentes diretamente ligados à aprendizagem fazendo com que o aluno tenha um interesse maior pela leitura e escrita.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Um estudo de caso é uma metodologia de pesquisa científica que permite aprofundar o conhecimento sobre um assunto específico, de forma a oferecer subsídios para novas investigações. O estudo de caso é uma estratégia versátil que pode ser aplicada em diversas áreas do conhecimento, como psicologia, sociologia e administração. Ele permite investigar um fenômeno em profundidade, dentro do seu contexto real, por meio de um ou alguns exemplos. O estudo de caso pode ser descritivo ou exploratório. No estudo descritivo, o objetivo é descrever um fenômeno em detalhes. No estudo exploratório, o intuito é explorar um objetivo de estudo para gerar hipóteses e teorias.

É importante apresentar uma bibliografia para o caso escolhido e indicar de forma correta as referências bibliográficas de todas as fontes de pesquisa utilizadas no trabalho.

3.2 ESTUDO DE CASO DA FAMÍLIA

Para procedermos ao estudo de caso foi necessário levantamentos de diagnósticos de alunos que estivesse dentro dos requisitos necessários para nossa pesquisa. Nesse caso, para tal confirmação necessitava-se de um laudo médico diagnosticando o tema de interesse, Transtorno Funcional específico aprendizagem: Dislexia feito por um psicólogo. Para isso, buscamos junto a Secretaria Municipal de Educação de Itaituba essas informações, bem como os contatos com a escola e família.

Conforme o relato da mãe ela fez corretamente o pré-natal a partir do 3º mês de gestação, mais afirma que sofreu muitas perturbações devido a separação do marido e pelo fato também de ser muito nova.

A criança nasceu no dia 03 de setembro de 2002 de parto cesariano, pesando 3 Kg, o parto foi demorado e o mesmo nasceu com anoxia e demorou muito a chorar.

Com um 1 ano de idade caiu de cima da mesa e com depois de 1 ano e 1 mês

deu seus primeiros passos com muita dificuldade, pois segundo a criança era muito gorda.

Aos 04 anos de idade balbuciou sua primeira palavra e a mãe relatou que não compreendia o que a criança falava, mesmo assim repetia com ele várias vezes as palavras como: papai, mamãe e vovô.

Segundo o relato da mãe foi quando criança já tinha 5 anos de idade que percebeu que a criança necessitava de atendimento educacional especializado, mas não procurou atendimento médico, pois morava em um local de difícil acesso.

Iniciou sua escolarização aos 05 anos de idade na Escola Municipal de Ensino Fundamental São José km 5, no município de Rurópolis. A Escola não possuía um atendimento adequado para o tipo de necessidade que ele apresentava, mas como não tinha outra opção ele teve que permanecer nela.

A mãe relata que durante sua vida escolar a mesma apresentou dificuldades na leitura e na escrita e que não queria o mesmo para seu filho, por isso buscou recursos que atendessem a necessidade do filho.

Depois que Klérison repetiu de ano duas vezes no quilometro 75, dona Neide resolveu procurar auxílio médico no município de Itaituba. Chegando no município ela procurou orientação medica e foi constatado que o mesmo era dislético, que por isso ele apresentava esses tipos de dificuldades no processo de ensino aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração, a mãe foi orientada que procura-se uma escola que tive algum tipo de acompanhamento nesses casos.

Dona Neide matriculou Klérison na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros, para cursar o 3º ano do Ensino Fundamental de nove anos, lá ele estudava na sala de aula comum e recebia no contra turno o Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncional duas vezes por semana no período de duas horas, que vem ser o AEE que é um serviço da Educação Especial que identifica ,elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que elimina barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades especificas.

A mãe afirma que seu filho tem uma vida social ativa que sempre que surge uma oportunidade de sair para ambientes diferentes ela leva o mesmo e ele sempre se comporta como uma criança normal. Dona Neide garantiu que seu filho não recebeu outros tipos de atendimentos a não ser o do AEE.

A família se comprometeu a acompanhar o educando em tudo que ele precisasse, participando de todos os eventos e reuniões que tivesse na escola, e segundo a mãe essa relação escola e família passou uma certa segurança para o educando, a mãe percebeu que ele estava se interagindo melhor em casa e na escola.

Klérison teve que ficar morando com sua avó paterna porque sua mãe teve que voltar para o quilometro 75 onde a mesma morava e trabalhava, mas sua avó ficou responsável para acompanhar o Klérison na escola no que fosse necessário e que tivesse ao nível dela.

A família acredita que o educando tendo o acompanhamento adequado terá grande chance de desenvolver o lado da aprendizagem da leitura, escrita e soletração fonética, uma vez que o educando tem o apoio e a presença dos mesmos em sua vida escolar. A família tem consciência dos direitos referente à inclusão do

aluno e que só dessa forma ele conseguirá superar essas dificuldades pois o mesmo está recebendo o apoio e Atendimento Educacional Especializado na sala de Recursos Multifuncional.

É importante ressaltar que a família, ou seja, sua mãe reconhece as dificuldades de uma pessoa dislexia, pois relata à cima que já apresentou as mesmas características que seu filho apresenta no que se refere à dislexia. Mas que hoje ela superou suas maiores dificuldades na leitura, escrita e soletração fonética mesmo não tendo um acompanhamento adequado que hoje é oferecido nas escolas das redes municipais.

Diante do relato da dona Neide N.A. percebe-se que ela é consciente que seu filho tem grandes chances vencer essas dificuldades e lamenta por não ter procurado recursos mais cedo que pudesse ajudar na aprendizagem do educando.

3.3 ESTUDO DE CASO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

Para desenvolvermos nosso trabalho realizamos um estudo de caso que nos permitiu observar, de forma mais objetiva, o que havíamos constatado durante nossa pesquisa bibliográfica como forma de ilustrar os conhecimentos consolidados a partir desse trabalho. Percebemos através das leituras, conversas formais, entrevistas e documentos oficiais do órgão de educação e escola a importância de conhecermos a problemática que envolve a dislexia como forma de desenvolver um trabalho mais consciente na escola com essas crianças e sua família.

O Educando Klérison começou a ser atendido no Atendimento Educacional Especializado no ano de 2013 quando foi matriculado pra cursar o 3º ano do Ensino Fundamental de nove anos na Escola Municipal Antônio Gonzaga Barros no município de Itaituba-Pará. O mesmo estuda no período vespertino na sala do ensino comum e no contra turno recebe o Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncional duas vezes por semana, no período de duas horas. De acordo com o Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2000, o AEE é um serviço da Educação que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Esse atendimento é uma proposta da escola regular, que procura ajudar as crianças que apresentam essas dificuldades, suas atividades são diferenciadas das realizadas em aula de ensino comum. A escola Antônio Gonzaga Barros disponibiliza de recursos pedagógicos que atende essas dificuldades e por isso o educando Klérison pode ser acompanhado na mesma, já que o educando apresenta um distúrbio característico da dislexia é a mesma vem ser um transtorno na área da leitura, escrita e soletração.

Segundo a professora Lidiane Alves Fernandes do atendimento Educacional Especializado(AEE) o Educando frequenta o ambiente sempre nos dias marcados que são duas vezes por semana, o mesmo realiza todas as atividades propostas no espaço, apresenta algumas dificuldades em algumas atividades que são desenvolvidas como por exemplo as atividades que envolvem produção escrita, pois o educando tem muitas dificuldades de escrever palavras que envolvam sílabas complexas e produção de frases e texto, devido a isso a professora necessita estar estimulando-o a pronúncia e a escrita das letras, família das sílabas simples, complexas.

A professora Lidiane, afirma que o educando expressa com muita facilidade suas necessidades, desejos e interesses, que quando não consegue realizar alguma atividade com exatidão ele vai até a mesma e pede ajuda e não se desiste das coisas que não consegue realizar com facilidade.

Klérison é um aluno que não tem dificuldade de se relacionar com os colegas, faz amizades muito rápido e é muito prestativo não só com os colegas de classe como com os funcionários da escola, pois o mesmo é um aluno muito carinhoso e educado com todos. A professora relata que o educando apesar de apresentar essas dificuldades não é um aluno triste, pelo contrário, uma das marcas registradas do Klérison é a alegria carrega um sorriso que contagia a todos que estejam na Sala de Recursos Multifuncional.

Vale ressaltar que o educando participou da confecção e da venda de matérias que seriam usadas na Feira de Arte da escola, que faz parte do projeto: “Reciclar é arte”. Diante desse acontecimento o educando mostrou que tem habilidades para venda, que conhece e sabe passar trocos com dinheiros de baixo valor. A professora do mesmo afirma que apesar de ser o primeiro ano que ele foi acompanhado pelo Atendimento Especializado que ele teve um grande desenvolvimento conseguindo alcançar os objetivos propostos para o mesmo.

3.4 ESTUDO DE CASO DA ESCOLA

No diagnóstico realizado na Escola Antônio Gonzaga Barros, com a professora pedagoga da sala de aula comum, Clesme Paz Costa, poderemos conhecer mais sobre o desenvolvimento de ensino aprendizagem do educando Klérison.

Segundo as informações cedidas na secretaria, Klérison iniciou sua vida escolar aos 05 anos de idade no Município de Rurópolis na Educação Infantil São José km 5, permanecendo na mesma até 2013 sendo reprovado no 2º ano do ensino fundamental de nove anos.

No ano de 2014, Klérison foi matriculado para cursar o 3º ano do ensino fundamental de nove anos na Escola Antônio Gonzaga Barros no período vespertino, como o mesmo apresentou laudo médico do Psicólogo que relata um quadro de Deficiência: TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM CARACTERIZADO POR DIFICULDADES NA LEITURA E NA ESCRITA. (DISLEXIA) CID: F 81.0, teve que ser acompanhado no contra turno na sala de Atendimento Educacional Especializado de Recursos Multifuncional duas vezes por semana no período de duas horas, para que o mesmo tivesse aproveitamento no seu ensino aprendizagem no decorrer do ano.

A professora Clesme, relata que o educando participa de todas as atividades desenvolvidas em sala de aula e que o mesmo interage muito bem em todos os espaços da escola e que é bem aceito pelos colegas e funcionários. A professora deixa bem claro que trabalha com atividades adaptadas com o mesmo, porque ele tem muita dificuldade na linguagem escrita e na leitura, principalmente quando ela trabalha sílabas complexas e produção de texto, Klérison conhece todas as letras do alfabeto mas não consegue fazer junções de algumas sílabas referentes à percepção/imitação auditiva, ou seja, os sons das consoantes pbd/ apg/ nm/ gc/ ln, pois, segundo a professora a turma é formada por 33 alunos, e ela não pode atrasar a turma porque o educando não consegue acompanhar o desenvolvimento da mesma, mas ressalta que o educando tem facilidade em resolver atividades de matemática que tenha continhas de soma e subtrações e de criar histórias e expor pra turma oralmente, isso dentro da sua limitação explica a professora

A professora Clesme explica que trabalhar com o educando se torna difícil, pois na sala de aula comum não há materiais pedagógico adequados para o mesmo.

Mas fica feliz em dizer, que mesmo com todas as dificuldades apresenta por ela até aqui o educando nunca se mostrou desanimado diante delas, pois, durante as aulas o educando sempre procura tirar suas dúvidas quando o mesmo não consegue assimilar algum conteúdo. A professora afirma que fazia uma avaliação processual e continua com o educando, segundo ela o educando tinha mais desenvolvimento durante as aulas do que nos dias de avaliações bimestrais.

Nas avaliações do 1º semestre o educando não obteve rendimento, ficando em recuperação nas disciplinas de história e geografia, mas teve seus avanços e superações.

Percebe-se também que o educando apresenta dificuldades na percepção/ memória visual/ a orientação espacial e na interpretação e diferenciação de algumas palavras, como podemos observa nessa pequena produção textual abaixo.

4 PROPOSTA DE EXTENÇÃO À COMUNIDADE.

Ainda que o trabalho com alunos com dislexia seja um desafio para os professores, ajudar no seu desenvolvimento é uma oportunidade maravilhosa. No entanto, é importante lembrar que as dificuldades de leitura e escrita causadas pela dislécia não significam falta de inteligência.

A dislexia é um transtorno do neurodesenvolvimento resultado de disfunções em áreas cerebrais responsáveis pelos processos de escrita e leitura. Isso faz com que as crianças dislécias aprendam de forma diferente, pois têm um processamento mais lento, além de uma capacidade de fluência e memorização reduzida.

As dificuldades dos alunos com dislexia devem ser consideradas no planejamento das atividades pedagógicas. É importante conhecer as estratégias e metodologias mais adequadas para ensinar as crianças dislécias. Pensando nisso escrevi algumas propostas possíveis para aplicar em sala de aula como:

- **Aprendizagem multissensorial** : as atividades multissensoriais envolvem o uso de sentidos como tato, visão e audição. Elas ajudam as crianças dislécias a absorver e processar informações e auxiliam na identificação e sequenciação do processo de leitura e escrita.

Além disso, são benéficas não só para os alunos disléxicos, mas também para o restante da classe. As crianças sentem – se motivadas quando se envolvem em algo diferente. Exemplos de atividades multissensoriais para a sala de aula:

- Escrever palavras e frases com materiais táteis, usando cola, glitter, areia, macarrão, LEGO, miçangas.
- Amarelinha ou pula corda para praticar a ortografia (as crianças soletram palavras quando saltam e pulam. Os alunos podem trabalhar em dupla e se revezarem para ditar e soletrar palavras).
- Caça ao tesouro, divida os alunos em equipes e lhe dê uma palavra. Em seguida, escreva letras em pedaços de papéis e esconda – os pela sala de aula. As equipes devem encontrar as letras para construir a palavra que lhe foi atribuída e, em seguida, colá – las em um cartaz.

- **Atividades que trabalham a percepção auditiva:** as atividades que trabalham a percepção auditiva ajudam os alunos com dislexia a perceber o som e as formas das palavras. Usar a música e as rimas, trabalhando ritmo, concentração, atenção, o som e suas formas, é ótimo para estimular a aprendizagem dos alunos com dislexia. As atividades que trabalham a percepção auditiva ajudam a desenvolver a percepção da sequência auditiva e as habilidades de consciência fonológica. Isso porque ela se relaciona com a forma como manipulamos o som, com a percepção do tamanho das palavras e da semelhança fonológica entre elas.
- **Respeito ao tempo do aluno com dislexia:** uma boa dica ao iniciar um conteúdo, é entregar uma folha com informações importantes sobre o tema para o aluno com dislexia no início da aula. Isso ajuda a criança a fazer anotações com mais calma, usando o material de apoio para ajudar a escrita. Dessa mesma forma, dê mais tempo ao aluno com dislexia para realizar os trabalhos de casa. Se demora um dia para ser concluído, entregue -o em na sexta – feira para que a criança disléxica tenha o fim de semana inteiro para trabalhar. Você também pode informar aos pais qual é a programação dos deveres de casa do mês, para que eles possam começar a pesquisar os assuntos com seus filhos em casa.

Os alunos com dislexia podem ser menos habilidosos do que seus colegas na ortografia e gramática. No entanto, mesmo que apresentem erros e o professor perceber o seu esforço, eles devem ser elogiados por isso. Mostre os erros de grafia para ele, circulando ou marcando com canetas coloridas, mas incentivando – o a melhorar e reconhecendo seus esforços.

- **Jogos educativos:** a melhor coisa sobre os jogos educativos, é ser uma atividade que envolve e motiva a todos! Portanto, incorpore – os nas atividades em sala de aula, sempre que possível. Você pode jogar o jogo dos setes erros, lince, figuras e fundo, caça – palavras, entre outros. Essas atividades, além de divertir, trabalham a percepção visual e ajudam o aluno com dislexia a associar o som à forma das palavras.
- **Trabalho com os pais:** reúna – se regularmente com os pais dos alunos com dislexia para conversar sobre o desenvolvimento dos seus filhos. Esse contato ajuda a avaliar se as estratégias que você aplica em sala de aula estão dando certo. Os pais da criança podem ajudar trazendo informações sobre os métodos que eles usam em casa que também funcionam.

Concluindo, não existem duas crianças disléxicas iguais , assim como não existe uma abordagem única, que funciona para todos. Ao acompanhar o conhecimento sobre o progresso contínuo do seu aluno com os pais, escola e família poderão trabalhar juntas para encontrar os métodos de aprendizagem mais adequados para cada aluno com dislexia.

5 CONCLUSÃO

Foi constatada que dislexia é, em sentido amplo, qualquer dificuldade que se verifique no aprendizado da leitura (e da escrita), não importa qual a sua causa – má assiduidade ou mau comportamento na escola, deficiência de visão ou audição, problemas sócias, neuroses etc. Em sentido estrito, o termo designa somente dificuldades à leitura e à escrita em indivíduos sem problemas outros de aprendizado e sem déficit sensorial ou de adaptação.

Os franceses costumam usar a denominação de dislexia específica de evolução, denominação que se presta bem para delimitar o quadro clínico da síndrome. Diz-se de evolução porque os sintomas tendem, com o tempo, a desaparecer espontaneamente, e específica para circunscrever bem a questão, apenas ao campo em que entram leitura e escrita. As dificuldades que os disléxicos nesse campo apresentam contrastam, neles com a inexistência de dificuldades em outros setores da vida escolar ou da vida em geral, consistindo num “defeito intelectual eletivo”.

Na pesquisa realizada na escola Antônio Gonzaga Barros, optou-se por um estudo de caso para apontar as dificuldades encontradas em um aluno disléxico diagnosticado por um médico da cidade de Itaituba, e que segundo as professoras apresenta muita dificuldade na aprendizagem da leitura e escrita, o mesmo tem muita facilidade de se expressar oralmente em pequenos textos, mas sempre trocando algumas palavras na pronúncia. Segundo as professoras que foram entrevistadas esse aluno depois que começou ser acompanhado pelo Atendimento Educacional Especializado – AEE, ele teve um avanço significativo na aprendizagem.

Diante de toda a pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo, percebe-se que existem várias dificuldades que podem levar um aluno a ter dificuldades na aprendizagem em sala de aula e fora da sala de aula no próprio convívio familiar, e que existe um tratamento correto para todas as dificuldades encontradas, mas para que essa dificuldade tenha solução é preciso ser percebida pelo professor que encaminha para um especialista da área para que seja diagnosticado o grau da dificuldade, que pode ser aluno disléxico ou apenas pessoas de distúrbios de

aprendizagem da linguagem escrita, e dependendo da dificuldade encontrada o aluno tem grandes chances de superar esse problema.

REFERÊNCIAS

- BOSSA, N. A. **Dificuldades de aprendizagem. O que são? Como trata-las?** São Paulo: Artmed, 2000.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais – PCN's**. Brasília; Ministério da Educação e do Desporto, 1997.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva** Brasília, DF: 2008. Disponível em: < http://www.bancodeescola.com/Politica_Educacao_Especial_jan_2008.doc>. Acesso em: 10/02/2015.
- CARRAHER, Terezinha Nunes (org). **Aprender Pensando**. Petrópolis. Vozes, 2002.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e lingüística**. São Paulo. Scpione, 1995.
- Cary, L. e Verghaeghe, A. **Acesso consciente aos gestos articulatórios da fala: evidência de uma dissociação entre maus e leitores disléxicos**. Psicologia Educação e Cultura, Vol. nº2, 2001.
- CONTRIM, G. **Fundamentos da filosofia: histórias e grandes temas**, 15. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CUBA DOS SANTOS, Cacilda. **Dislexia específica de evolução/ 2**. Ed. 1986.
- ESTIENNE, F. **O procedimento do exame**. In: Hout, A.V.; Estienne, F. (orgs). Les dyslexies: décrire, évaluer, expliquer, traiter. Tradução de Cláudia Schilling. Dislexias: descrição, avaliação, explicação, tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. 15ª ed. São Paulo, Cortez, 2004.
- FERREIRO, Emília. **Os processos de leitura e escrita-Novas Perspctivas**. 3ª ed.2003.
- GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2004.
- HADDAD, S. Educação, **direitos humanos e políticos**. Fortaleza, 2003. Disponível em:<http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/geral/10educacaodireitoshumanos.pdf>. Acesso em: 10/02/2015.
- JOSÉ, E. da A.; COELHO, M. T. **Problemas de aprendizagem**. 12. Ed. São Paulo: Ática, 2008.

KIRK, S. A. **Educating exceptional children**. Boston: Houghton Mifflin, 1962.

MASSI, G. A. A. “ **Dislexia ou processo de aquisição da escrita**” Distúrbios da Comunicação, São Paulo, v. 16, 2004.

MASSI, Giselle. **A dislexia em questão**. 3. Ed, São Paulo: Plexus Editora, 2007.

MENEGASSI, Renilson José; CALCIOLARI, Angela Cristina. **A leitura no vestibular: a primazia da compreensão legitimada na prova de Língua Portuguesa**. Maringá: UEM – Acta Scientiarum, v. 2 ,2002.

MENEGASSI, Renilson José. **Compreensão e interpretação no processo de leitura: noções básicas ao professor**. Maringá: Revista UNIMAR, v.17, 1995.

NUNES, A.I.B.L.; SILVEIRA, R. N. **Psicologia da aprendizagem: processos teorias e contextos**. Brasília: Liber Livro, 2009.

OLIVEIRA, João Batista. Araújo. **Alfabetização de Crianças e Adultos: novos parâmetros**. Belo Horizonte: Alfa Educativa, 2004.

PAIN, S. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PEDROSO, F. S.; ROTA, N. T. Transtornos da linguagem. In: ROTTA, N.T.; O HLWEILER, L.; REISGO, R. dos S. **Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

QUEIRÓS, Julio Beraldo e SCHRAGER, Orlando. **Fundamentos neuropsicológicos em las discapacidades de aprendizaje**. Panamericana, 1980.

STELLING, Stella – **dislexia**. Ed Revinter. 1994

APÊNDICES

Laudo Médico

**NEUROLINGÜÍSTICA
&
PSICOLOGIA**
Melhorando e Aumentando a Capacidade
Mental do Ser Humano



Dr. Maikel Serednicki
Psicólogo formado pela PUC-Paraná
Telefone: (93) 9175-5130 Santarém
9115-2951 Itaituba
E-mail: neuropsicologiapara@hotmail.com

Orientação

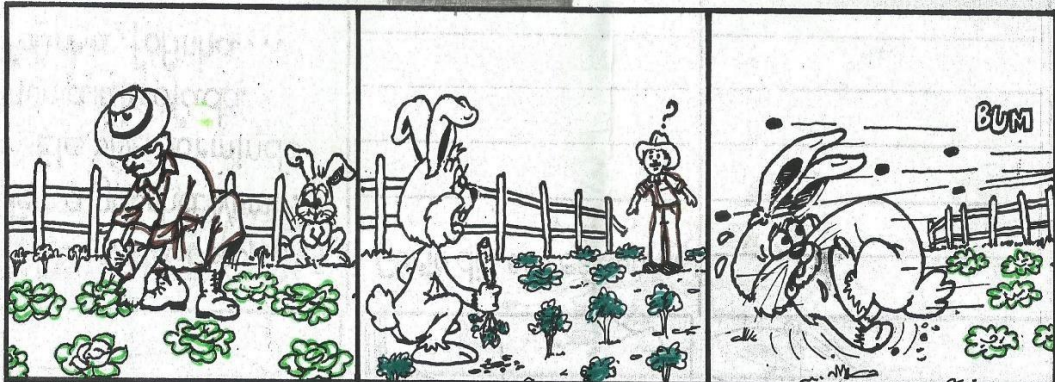
O menor Klevisson Figueira de
Souza necessita ser acompanhado
durante o ano letivo por um
profissional em Psicopedagogia.
Diagnóstico Provável: DID 60X14

29/01/14

Dr. Maikel Farah Serednicki
Psicólogo do CTA
CRP/PA - 01465

- DIFICULDADE DE RELACIONAMENTO
- DIFICULDADE DE APRENDIZADO
- ALCOOLISMO E TABAGISMO
- PROBLEMAS NO TRABALHO
- TRASTORNO DO PÂNICO
- PROBLEMAS CONJUGAIS
- PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO
- DISFUNÇÃO SEXUAL
- AUTO-ESTIMA BAIXA
- FOBIAS E MEDOS
- DROGAS ILÍCITAS
- ANSIEDADE
- DEPRESSÃO
- ESTÉTICA

Eu já comecei - Termine a história de Fofinho.



Fofinho é um
coelhinho que gosta
muito de comer
cenouras.

Ele vive de olho
na horta do
Seu Joaquim.

Um dia

*catumão...
catumão...
catumão...
catumão...
catumão...
catumão...
catumão...
catumão...*

*catumão...
catumão...
catumão...
catumão...
catumão...
catumão...
catumão...
catumão...*

klorisom

FIM



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO – SENSU EM DOCÊNCIA
PARA O MAGISTÉRIO SUPERIOR

APÊNDICE I.

QUESTIONÁRIO AO PROFESSOR

Identificação:

Professor(a): _____

Sexo: () Feminino () Masculino

Formação: _____

INFORMAÇÕES COLETADAS SOBRE A ESCOLA

01-O aluno participou de todas as atividades e interage em todos os espaços da escola?

() sim () não:

Quais? _____

02-O aluno realiza as atividades propostas para a turma?

() sim () não

03- Quais ele realiza com facilidade e quais ele tem dificuldade?

04- Como é a participação do aluno nas atividades proposta a sua turma?

() integralmente () parcialmente () não participa

05- Quais são as necessidades específicas do aluno, decorrente de sua deficiência?

06- Quais são as barreiras impostas pelo ambiente escolar?

() acessibilidade () falta de professor itinerante
() material pedagógico () preconceito () outros

07- O aluno tem atendimento educacional especializado (AEE) e/ou clínico?

() sim () não

Quais? _____

08- Qual a sua opinião sobre interesses e expectativas do aluno em relação a sua formação escolar?

09- Como é esse aluno no seu ponto de vista:

É sociável Sim () Não() em desenvolvimento()

É afetivo Sim () Não() em desenvolvimento()

Apresenta coordenação motora Sim () Não() em desenvolvimento()

10- Que tipo de avaliação é feita em sala de aula com esse aluno no processo de ensino e aprendizagem:

() quantitativa () diagnóstica () qualitativa

() cumulativa () processual e contínua

11- Você percebe a interação do aluno com a comunidade escolar e seus colegas de turma?

() Sim () Não

12- Você fez solicitação do atendimento educacional especializado para algum aluno de sua turma?

() Sim () Não

13- Que tipo de recursos de acessibilidade a escola dispõe para o aluno?

() mobiliário () materiais pedagógicos

() informática acessível () recursos humanos () outros

14-O aluno já fez uma pré-avaliação com algum profissional da área?

() Sim () Não



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO – SENSU EM DOCÊNCIA
PARA O MAGISTÉRIO SUPERIOR

APÊNDICE II.

QUESTIONÁRIO À MÃE

Identificação:

Mãe: _____

Sexo: () Feminino () Masculino

Formação: _____

INFORMAÇÕES COLETADAS SOBRE A FAMÍLIA

01- Durante a gravidez a mãe sofreu: () queda () doenças

Quais _____

02- Houve algum incidente? () sim () não

Quais? _____

03- Fez corretamente o pré-natal? () sim () não

04- Parto: () Normal () Cesário () Prematuro

05- Demorou a nascer? () sim () não

06- Ao nascer a criança apresentou que peso? _____ kg medida _____ cm

07- A criança apresentou: () convulsões () desmaio

() queda em que tenha batido a cabeça () outros

Quais?

08-Com que idade começou a andar? _____Tinha dificuldade? () sim () não

09-Com que idade a criança começou a falar de forma clara e compreensível?

10- Com que idade foi percebido a necessidade especial a criança? _____

11- Existem outros casos de necessidade espacial na família? ()sim () não

Quais? _____

12- Com que idade começou a estudar?

a) Escola: _____

b) Recebia atendimento especializado? () sim () não

c) Onde? _____quanto tempo? _____

d) Frequentava a APAE? ()sim ()não quanto tempo? _____

13-A criança já repetiu de série? () sim. Quantas vezes? _____

14-Qual é a opinião da família sobre a vida escolar do aluno?

15-A família se envolver com a escola, participando de reuniões, comemorações ou outras atividades da escola?

() sim () não

16-Tem consciência dos direitos do seu filho à educação inclusiva e exige a garantia desses direitos?

() sim () não

17-A família identifica habilidades, necessidades e dificuldades na vida pessoal do aluno?

() sim () não

Quais? _____

18- Você tem expectativas com relação ao desenvolvimento e escolarização de seu filho?

() sim () não

Porquê? _____

19- Seu filho tem uma vida social ativa?

() sim () não

Quais ambientes? _____

20-Seu filho recebeu outros(s) atendimentos(s) que não seja do AEE?

() sim () não

() Fisioterapia () Fonoaudiólogo () Psicólogo

() Psiquiatra () Clínico geral () Pediatra

() Nutricionista



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO – SENSU EM DOCÊNCIA
PARA O MAGISTÉRIO SUPERIOR

APÊNDICE III.

QUESTIONÁRIO AO PROFESSOR DO AEE

Identificação:

Professor(a): _____

Sexo: () Feminino () Masculino

Formação: _____

INFORMAÇÕES COLETADAS SOBRE O ALUNO NO AEE

21-Frequenta a APAE?

() Sim () Não Quanto tempo? _____

22-O aluno se sente bem no ambiente que frequenta?

() Sim () Não

23-Realiza as atividades proposta no espaço?

() Sim () Não

Quais? _____

24-Tem dificuldades nas atividades desenvolvidas?

() Sim () Não

Quais? _____

25-O aluno é capaz de expressar suas necessidades, desejos e interesses?

() Sim () Não

De que maneira?

26-O aluno costuma pedir ajudar aos professores?

() Sim () Não

27-O aluno se relaciona com os colegas?

() Sim () Não